

**ELEIÇÕES
2026**

NACIONAL

+ pág / 5 a 7

+ pág / 4 a 5

**“Socialismo do século 21” - Parte IV
PSOL - FRENTE-POPULISMO
AO SERVIÇO DA BURGUESIA**

**PLP 152/25 - Regulamentação do
regime de trabalho por plataformas
digitais é aprovado em Comissão**

HISTÓRICAS

**01/04/1964
62 anos do
golpe militar**

+ pág / 16



REFLEXOS DA GUERRA CONTRA O IRÃ NA POLÍTICA, NA ECONOMIA E NA DISPUTA ELEITORAL BRASILEIRA

EDITORIAL pág / 2

INTERNACIONAL

EDITORIAL

+ pág / 17 a 18

Um mês de guerra do imperialismo-sionismo contra o Irã

MOVIMENTOS

Atos contra o genocídio palestino

+ pág / 12

8M tomado pelo *eleitoralismo* burguês

+ pág / 14

INTERNACIONAL

+ pág / 19 a 21

**EUA - Tendências
PARA ONDE CAMINHA
O GOVERNO TRUMP?**

+ pág / 22 a 23

**Mudanças no regime
chavista preparam
sua capitulação**

SINDICAL

+ pág / 8

**O calendário eleitoral impõe
a *divisão do funcionalismo*
em São Paulo**

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

Ao momento de fecharmos esta nota, soubemos do acordo de cessar-fogo por duas semanas entre os EUA e o Irã. Israel aderiu ao acordo formalmente, enquanto procura o destruir atacando o Líbano. A trégua inclui a reabertura do Estreito de Ormuz. Mas, demorará até se normalizar a produção e abastecimento de petróleo e gás

em volumes anteriores aos da guerra. As consequências econômicas descritas na nota para o Brasil dependerão do ritmo da “normalização” da extração e comercialização de hidrocarbonetos e seus derivados. Assim, não altera a tendência fundamental de agravamento dos reflexos da crise na economia e na política nacional.

REFLEXOS DA GUERRA CONTRA O IRÃ NA POLÍTICA, NA ECONOMIA E NA DISPUTA ELEITORAL BRASILEIRA

Desde 2022, após a invasão da Rússia à Ucrânia e do boicote às exportações de energia russa, os mercados viram-se chacoalhados pelo aumento dos preços de alimentos, petróleo e gás. Ucrânia e Rússia, antes da guerra, concentravam ainda 78% das exportações de fertilizantes, cereais, azeites e produtos alimentícios. A guerra no Oriente Médio agravou as consequências desse processo, abalando a economia e a situação política mundial ao atingir uma das mais importantes rotas de transporte de petróleo e gás, elevando os custos de seguros e fretes marítimos, destruindo grande parte da capacidade industrial instalada, agravando os custos de produção de fertilizantes e os deslocamentos e imigração, enfim, criando condições de uma recessão mundial. O aumento dos preços combina-se ao alto grau de divisão mundial do trabalho - determinados países se “especializaram” em determinados ramos produtivos - dificultando manter equilibrado o déficit fiscal e orçamentário dos Estados. O cenário é mais trágico quando verificadas as consequências sobre as nações semi-colônias que são exportadoras de matérias-primas e importam bens de alto valor agregado e capital financeiro, como é o caso do Brasil.

Alguns países com diversificação industrial, desenvolvimento de forças produtivas, reservas de capital-dinheiro e grandes reservas e jazidas de petróleo ou gás contam com uma limitada margem de manobra ao aumentar suas receitas por exportações ou gastos públicos, em meio à restrição da oferta e demanda - a exemplo da Rússia ou da China. Os EUA podem resistir melhor graças ao controle sobre o petróleo venezuelano e por ser emissor da moeda de referência nos

intercâmbios mundiais, mas já está sendo duramente atingido pelo aumento dos preços internos, o que abala a governabilidade de Trump.



É a política ditada pelo imperialismo - e que continua governo após governo - que impede o Brasil resistir melhor às tendências recessivas porque levaram a uma perda real de soberania e de capacidades produtivas, que junto a escalada inflacionária atual, agravam a crise política e acirram os conflitos sociais. ■

Se bem o Brasil possui jazidas e extrai petróleo suficiente para cobrir suas necessidades, não está imune à grave situação inflacionária. Os preços de produção não são regidos pelos custos de produção interna e sim pelos externos, de forma que o aumento do preço do barril golpeia a economia do Brasil. O Brasil importa mais da metade dos fertilizantes utilizados na produção agrícola, portanto, os aumentos dos preços do petróleo e de refinados (como fertilizantes) terão um impacto direto na balança de pagamentos. Esse é o reflexo de décadas de desindustrialização, privatização, retração dos investimentos produtivos e primarização da economia ao serviço dos monopólios e do capital financeiro.

A escassez de fertilizantes e seus elevados preços internacionais atingem a produção agrícola. A produção de alimentos e matérias-primas compõem grande parte das exporta-

ções e do consumo interno da população. O aumento do Diesel, principal combustível do transporte de cargas e coletivo de passageiros, é decisivo para ampliar a espiral inflacionária ao aumentar os preços e fretes dos transportes. No cenário em que as margens de lucro empresariais se enfrentarão com a contração da demanda e aumento dos preços da oferta em insumos como agrotóxicos, fertilizantes, hélio etc., se ampliará o endividamento e insolvência das empresas e Estados. O aumento será repassado aos consumidores. O que aprofundará a contração do consumo, agrava as tendências recessivas, empurra os capitalistas a ampliar a superexploração assalariada e rebaixar o nível de vida das massas.

É a política ditada pelo imperialismo - e que continua governo após governo - que impede o Brasil de resistir melhor às tendências recessivas porque levaram a uma perda real de soberania e de capacidades produtivas, que junto a escalada inflacionária atual, agravam a crise política e acirram os conflitos sociais.

Em um cenário instável e inseguro para qualquer previsão de crescimento no segundo semestre de 2026, o governo Lula pode aumentar os subsídios para setores proprietários de capital dos mais diversos, desde capitalistas da agroindústria até caminhoneiros autônomos, visando evitar revoltas e movimentos que atinjam sua campanha eleitoral. Mas, se compensar os lucros e ganhos da burguesia e setores da pequena burguesia terá de retirar dos assalariados com contrarreformas e aprovando novas medidas de restrição de gastos que golpeiam ainda mais os trabalhadores - enquanto alimenta o parasitismo financeiro. Isto pode

acontecer ainda no quadro de um acirramento da ofensiva dos EUA por controlar setores da extração de petróleo e minerais críticos, ao mesmo tempo em que intervém diretamente nas campanhas eleitorais para fortalecer as possibilidades de vitória da ultradireita.

A crise terá contornos mais definidos nos próximos meses: precisamente os decisivos para a disputa eleitoral. A principal vantagem de Lula é o controle dos sindicatos e o fato de suas direções cumprirem um papel de traição e contenção da luta de classes. Mas, o que decide uma eleição é o poder econômico da burguesia. Eis porque abriu-se uma corrida desesperada de Lula para ganhar mais apoios entre os setores do capital mais concentrado. A filiação de Kátia Abreu ao PT, ela mesma uma capitalista agroindustrial e parasita dos subsídios agrícolas do governo, deixou em claro esse desespero. Enquanto isso, os oprimidos que se veem perante uma tendência de rebaixamento e destruição de suas condições de existência e podem intervir na crise lutando por suas reivindicações. A ameaça de uma greve de caminhoneiros ainda não foi afastada. Essa situação claramente poderá beneficiar o bolsonarismo, uma vez que a bomba explodirá no colo do governo e a ultradireita responsabilizará Lula pela crise e, portanto, crescerá a pressão dos EUA para a vitória de Bolsonaro. Se isso acontecer, poderá ser o estopim da crise de governabilidade,

favorecer a ultradireita e acirrar a radicalização eleitoral.

Se é certo que os EUA preferem um governo completamente servil e vendilhão como garantia de que não haverá qualquer medida para travar seus objetivos, Lula “negocia” sua reeleição com privatizações e entregando recursos à exploração norte-americana. Mostrou-se servil aos ditames dos EUA ao não romper relações com Israel. Tem ainda uma posição covarde perante o ataque contra o Irã ao condenar a ruptura do direito internacional, mas se negar a defender o Irã. É parte desse processo de direitização e capitulação do governo Lula a decisão de sua assessora de sobrenome Alt, organizar uma reunião no Itamaraty para servir de palco ao sionismo e sua política genocida em nosso país. Lula aplicará mais medidas ditadas pelos capitalistas para garantir sua reeleição e as direções sindicais trairão as massas e irão impedir as lutas e as greves para afundar na campanha pela reeleição de seu caudilho.

A defesa do aumento dos salários em relação à inflação; a luta pela recuperação de todos os direitos retirados e pela redução da jornada sem redução de salários; o desconhecimento de toda a dívida pública e a expropriação das empresas, bancos e terras em mãos dos monopólios, com sua imediata estatização sob controle operário coletivo, dentre tantas outras reivindicações, devem ser erguidas agora e durante as campanhas eleitorais para impedir que a burguesia descarregue

a crise sobre as massas. A defesa das condições de vida dos oprimidos junto da defesa das reivindicações anti-imperialistas exige desenvolver a luta imediata das massas sob o programa e estratégia proletárias.

Quando o proletariado e os demais oprimidos são chamados escolher entre duas faces da mesma moeda, devem erguer esse programa porque qualquer seja o vencedor em outubro/novembro de 2026, continuará a política de arrocho salarial, contrarreformas, terceirizações, cortes de gastos em saúde e educação, privatismo etc. Os explorados não devem confiar em programas burgueses, e começar a romper a contenção imposta pelos burocratas que sacrificam nossos salários e direitos em nome da reeleição de Lula. Nós temos nosso próprio programa e tática eleitoral a serem defendidos. Se não conseguimos defendê-lo e avançar na luta pelo nosso próprio poder, é porque padecemos da crise de direção revolucionária. É erguendo o programa nacional de reivindicações contra nossos exploradores, de fora e de dentro do país, que poderemos avançar em resolver essa crise de direção. Na conjuntura concreta, ausente a direção revolucionária e enquanto existam ilusões democráticas entre as massas, devemos intervir nas eleições defendendo o Voto Nulo Programático, que é a única via que pode permitir começar a soldar o instinto de revolta dos explorados com sua estratégia revolucionária. ●

Realizado o II Congresso (*Extraordinário*) do PPRI

Foi realizado o II Congresso do PPRI. Seu caráter extraordinário se deveu à necessidade de melhorar o trabalho organizativo e tomar resoluções sobre os objetivos para o novo período marcado pelo aprofundamento da crise de direção revolucionária e seus reflexos sobre o trabalho partidário. Nesse sentido, foi destacada a importância que tem as células para o fortalecimento do partido e, sobretudo, para aprofundar e estender a penetração no seio dos assalariados, e reforçar e melhorar a relação com a classe operária tendo consideração de nossas condições ultra-embrionárias.

A militância se dedicou a debater os problemas apresentados na superação da crise de direção revolucionária, tocando aspectos tais como a necessidade de ampliar o trabalho de contatos, a importância do aperfeiçoamento do programa por meio de novas formulações e superação das lacunas etc. Nesse sentido, foi decidido dedicar esforços concentrados para a realização de nossa I Conferência deste ano, que reto-

mará aspectos programáticos insuficientemente desenvolvidos no I Congresso, a exemplo da política proletária em defesa da autodeterminação dos Povos Originários, bem como uma posição principista sobre a participação dos revolucionários nas eleições e a aplicação da tática leninista.

O II Congresso se realizou em condições em que as massas estão órfãs de uma linha e orientação política revolucionária clara. Isso exige aos marxistas fazer esforços redobrados para ajudá-los a elevarem a consciência socialista e o programa revolucionário. A tarefa não é fácil, sobretudo, no momento em que nosso partido ainda não superou seu estágio embrionário. Esse estágio pode ainda se estender e limitar nossa atuação e transformação organizativa. Mas, contamos com o programa que permite seu fortalecimento forjando os quadros e aproximando do marxismo à vanguarda. Essa conquista é uma base segura para darmos um salto. A esse objetivo foi orientado o II Congresso. ●

PLP 152/25 para a regulamentação do regime de trabalho por plataformas digitais é aprovado na Comissão Especial do Congresso com ajuda do governo

Lula, Boulos e burocracias sindicais não defenderam o PL 2479 protocolado pelos trabalhadores por aplicativos, retiraram seus próprios projetos e **decidiram negociar com a direita o projeto de Republicanos**

Foi aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, no dia 24/02, o PLP 152/25 (Projeto de Lei Complementar) que estabelece o regime de trabalho por plataformas digitais como Uber e iFood, bem como a escala salarial e as metas e regras de produtividade (entregas). O projeto do deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE) é amplamente rejeitado pela categoria porque deixou de fora as contribuições dos trabalhadores do setor, que constavam do PL 2479/25 protocolado pela categoria. Foi realizado um agressivo lobby empresarial para que sequer seja aprovado o PLP da direita, visando a legalizar claramente seu “direito” a não ter que aplicar a CLT em nenhum caso.

O PL 12/2024 do governo Lula (que propunha reconhecer aos motoristas e entregadores como autônomos com acesso à Previdência) e o PL 2479/2025 de Guilherme Boulos (que propunha tarifa mínima para serviços de entregas e proteção trabalhista) foram retirados, o que deixou em pauta apenas o PLP da direita. As centrais sindicais também tinham aprovado, em 2023, um “plano de diretrizes sobre regulação das relações de trabalho em empresas-plataforma”, mas não apresentaram qualquer PL passando a apoiar o do governo. Se o PLP da direita for acompanhado e apoiado por um setor dos governistas, sob a justificativa

de negociar sua aprovação no Congresso, representará mais uma traição de Lula, Boulos e das burocracias sindicais. Apesar disso, vão tentar desavergonhadamente “vendê-lo” como se fosse uma “vitória” durante a campanha eleitoral para assim arrastar mais votos.

No caso dos entregadores e motoristas, verão legalizadas as jornadas de até 12 horas e um vínculo de emprego precarizado com retirada de direitos com a figura jurídica do “trabalhador platformizado”. A remuneração será de R\$ 8,50 por hora, enquanto o governo pretende que seja de R\$ 10 por hora. Ao redor desse “gargalo” para sua aprovação se realizará a negociação entre governo e oposição. Não obstante, segundo os trabalhadores, esses valores não servem para repor todos os custos operacionais (seguros, combustíveis, reposição de peças, consertos etc.) e nem contemplam o “tempo ocioso” de espera, deslocamento ou quilômetro excedente. Some-se a isso a falta de direitos tais como as garantias contra riscos de segurança no trabalho, que serão considerados de responsabilidade do trabalhador, licença-paternidade ou maternidade etc. Caberá também às empresas definir se existe ou não periculosidade das atividades a serem realizadas por meio de laudo de médico ou engenheiro designado pela empresa. Além disso, se estende o uso do controle

do processo de trabalho por algoritmos, determinando ritmo e remuneração pela intensidade da jornada de trabalho, além de uma previdência ajustada a essas condições precarizadas. Apesar das empresas estarem resistindo, finalmente, apoiaram o PLP se ele garantir sua lucratividade, e logo estenderão o novo regime de trabalho como mais um “modelo” para outras categorias que adotam plataformas, a exemplo de logística, serviços, educação e saúde. Para piorar, cria um regime de trabalho que exclui praticamente aos que contam com antecedentes criminais, fechando uma via para a sua reinserção social.

Se aprovado, o PLP 152/25 será um brutal golpe contra 2,3 milhões de trabalhadores (dados de 2024). 92% dos trabalhadores por aplicativos realizam transporte de passageiros e entregas. No setor, existe ainda um elevado grau de centralização e concentração capitalista. Somente a Uber concentra 900 mil motoristas ativos no país, fazendo do Brasil o segundo maior mercado da empresa, atrás apenas dos EUA. Como se vê, a aprovação do PLP significará um aumento dos lucros das empresas. Assim, enquanto a renda líquida dos motoristas fica entre R\$2.925 e R\$4.756 por mês e dos entregadores entre R\$1.980 e R\$3.039 (renda que se reduz muito ao incorporar gastos de deslocamento, moradia,

alimento, seguros, compra de peças etc.), serão bilhões ao mês que embolsam os grandes parasitas do trabalho alheio.

A traição de Lula, Boulos e as direções sindicais demonstra que esses não passam de agentes dos interesses da burguesia, procurando favorecer as alianças com setores da direita e da burguesia para repetir uma ampla frente burguesa para reeleger Lula. Ou seja: preferem favorecer os capitalistas e negociar com setores da direita no Congresso que defender os trabalhadores e se apoiar na força coletiva da categoria contra os capitalistas. É provável que façam o mesmo com a discussão do projeto de lei pelo fim da Escala 6x1 (ver nota publicada em OI nº 37, de março). É provável também que proponham algumas alterações e mudanças no projeto direitista para não ficar tão mal parados, como já vimos acima. Se não conseguirem, dirão que o problema é que o Congresso está “dominado pela direita” e, portanto, se deve votar deputados e senadores de “esquerda” visando, no quarto mandato de Lula, retomar a discussão e melhorar a legislação. Será mais uma enganação para ludibriar os trabalhadores por aplicativos, como foi a promessa de rever a Reforma Trabalhista e a Previdenciária.

O que interessa aos trabalhadores é que Lula, Boulos e as burocracias fizeram uma escolha de classe, e ↑

→ isso nunca devem esquecer! Como já afirmamos três anos atrás, em O Internacionalista nº 5 (“Centrais discutem as diretrizes para regulamentação do trabalho por aplicativos”, de junho de 2023, “A luta pelo direito dos trabalhadores por aplicativos a usufruir dos direitos e garantias conquistados pelos assalariados em luta contra a burguesia e seu Estado é chave para combater

a violenta exploração e precarização a que são submetidos. Mas, submeter essa luta às direções burocratizadas acabará servindo aos capitalistas”. Os trabalhadores nada podem esperar dos que tentaram tracionar os povos originários de Tapajós com o decreto da privatização dos rios em favor dos capitalistas.

Assim como a luta coletiva e o enfrentamento

ao governo levou aos Povos Originários a derrotar o avanço privatista e obrigou Lula a retirar o decreto, assim também os trabalhadores por aplicativos devem recorrer à ação direta coletiva para que o Congresso aprove o plano aprovado e consensuado pelas bases. É fortalecendo a ação coletiva e se unificando com os assalariados que também sofrem ataques, sob um

plano comum de reivindicações, que imporão ao governo e à direita reacionária seus próprios interesses de classe. Nesse processo se forjara a verdadeira direção política e sindical classista que abrirá caminho a estratégia revolucionária do proletariado, acabando com os parasitas do trabalho alheio, e avançando na transição ao socialismo e o fim da exploração. ●

No O Internacionalista nº 35 (OI, de janeiro), avaliávamos a Resolução Eleitoral do PSOL. No OI nº 36 (fevereiro), retomamos a crítica sobre alguns pontos do programa “Socialismo do século 21”. No OI nº 37, demos continuidade desenvolvendo mais alguns pon-

tos do programa do PSOL. Finalizamos com a presente nota nossa crítica, após a proposta de “federação” com o PT ser derrotada na direção psolista. Sobre o programa “Socialismo do século 21” – Parte IV (Final)



Sobre o programa “Socialismo do século 21” | Parte IV (FINAL)

O PSOL rasgou a casca do “socialismo democrático” para fazer surgir o frente-populismo ao serviço da burguesia

7. UM PROGRAMA DEMOCRÁTICO-BURGUÊS COM “PINTINHAS VERMELHAS” DE DECORADO SOCIALISTA

O PSOL se propõe a lutar nas ruas, nas redes e nas urnas para “transformar a sociedade” o que somente “será possível participando da disputa pelo Estado, ocupando todos os espaços possíveis”, especialmente articulando as lutas “dentro e fora da ordem vigente”, reestruturando a segurança pública, democratizando as forças armadas e o judiciário, reformando “o sistema eleitoral para garantir maior representatividade aos setores historicamente sub-representados” etc. A esse objetivo servirá o fortalecimento “dos instrumentos de organização popular”. Na “Plataforma por um novo projeto de país”, defende-se a luta pelas reformas dentro do capitalismo “a partir da pressão “dos de baixo”” visando desenvolver as “contradições entre os setores da burguesia e do capital” com os trabalhadores, “tornando o nosso projeto de sociedade efetivamente possível”. Para isso, devem ser superados “os limites de algumas experiências [refere-se ao PT, N.E.]”, mas sem “impedir a formação de frentes políticas capazes de enfrentar os grandes desafios que temos diante de nós”. Isto porque, diz o

PSOL, “Nenhum partido sozinho conseguirá dar conta de todas as tarefas dessa nova etapa histórica”. Sobretudo, quando “A ameaça neofascista é real, e torna fundamental a unidade do campo popular”, sem comprometer a “estratégia em direção ao socialismo” e a “luta anticapitalista”. Combinar a luta eleitoral e nas redes à luta nas ruas pelo “horizonte socialista” define o “projeto socialista para o século 21”.

Segundo o programa do PSOL, seria possível mudar o regime burguês desde dentro por meio de sua democratização. Por isso, o principal objetivo estratégico da “etapa” não seria a luta pelo socialismo, e sim pela defesa da democracia liberal ameaçada pela ultradireita. O que obriga a formar “frentes políticas amplas” porque nenhum partido sozinho pode realizar essa tarefa sozinho. Ao definir sua estratégia como a defesa da “democracia” contra o “fascismo” por meio das eleições burguesas, os psolistas defendem a tática da “frente popular” stalinista em defesa da democracia capitalista. Disso trata ainda a separação que se faz no programa do PSOL entre as reformas e luta pelo socialismo. Primeiro, tratar-se-ia de “democratizar” o estado burguês e depois, em um futuro distante (“hori-

zonte”), é que se colocará a luta pelo socialismo. Para servir a esse objetivo, incorpora-se a tese da necessária luta pela “hegemonia civil” ao interior do capitalismo desenvolvida por Antônio Gramsci: “acumular” forças para quando houver finalmente uma “massa social” decisiva, lutar pelo socialismo.

Eis porque não se encontra no programa nenhuma passagem que vise a organizar o partido para a revolução socialista, nem que se oriente a desenvolver uma tática e métodos para mudar a relação de forças entre proletariado e burguesia por meio da luta de classes (controle coletivo da produção, estatização sem indenização das empresas privatizadas, defesa da ação direta de massas, expropriação da burguesia e transformação da propriedade privada monopolista em propriedade nacionalizada, revolução agrária, etc.) abrindo o caminho à luta proletária pela conquista do poder político por meio da revolução social. Mas, sim, se achará uma série de reivindicações que apenas visam a modificar a correlação eleitoral em favor do reformismo, se adaptando à democracia burguesa. O Programa do PSOL não visa a alterar radicalmente a exploração e opressão, apenas atenua-as. Entretanto, essas medidas são

→ “bem cotizadas eleitoralmente” entre movimentos pequeno-burgueses que podem ser arrastados a votar em Lula e os candidatos do PSOL ao Congresso e aos governos estaduais e municipais.

8. PARTIDO DE QUAL CLASSE OU QUE CLASSE DE PARTIDO CONSTRÓI O PSOL?

Os psolistas afirmam que seu partido “se consolidou como um instrumento ... capaz de acolher e impulsionar as diversas lutas sociais — feministas, antirracistas, anti-LGBTfóbicas, entre outras expressões da diversidade da classe trabalhadora”. E isto se deve ao fato de que “As identidades de classe, outrora forjadas na relação formal com a fábrica e com os sindicatos, hoje se constroem a partir de visões de mundo, dos territórios periféricos, da revolta contra as insalubridades do trabalho e da conexão em comunidades virtuais”. O que exige da esquerda “a renovação urgente de sua linguagem, estética e ferramentas de organização, sob o risco de ver suas formas tradicionais de atuação se tornarem irrelevantes para a maioria explorada”. Assim, a luta de classes seria travada “tanto nas ruas quanto nas redes” visando a construir “as alianças necessárias para garantir conquistas ao nosso povo”. Nesse sentido, se procura ampliar “à organização de novas bases sociais” e “as bases da esquerda, construindo gradualmente uma nova maioria que combine as lutas de massas e as disputas institucionais, transformando-as em uma força política mobilizadora e em uma fortaleza eleitoral, capaz de afirmar o PSOL como voz legítima das maiorias” desenvolvendo “novos instrumentos de organização que respondam às particularidades dos diferentes segmentos explorados pelo capital”. É por isso que se atualizou o programa visando conduzir “as lutas em uma perspectiva real de disputa do poder”.

a) No OI nº 36 (“4. Uma “Nova classe trabalhadora””), afirmamos que não houve “uma mudança na composição da classe operária que produz mais-valor sob a forma de meios de subsistência e os meios de produção na forma da mercadoria, que é o veículo material da mais-valia arrancada a essa classe na produção social”. Para o PSOL, se houve essa mudança e, mais ainda, existe “uma nova classe trabalhadora”, a tal de “mudança nas classes trabalhadoras” da que fala no seu programa. Trata-se de uma “adaptação retórica” (e farsesca) de um fenômeno já desenvolvido

por Marx, que afirmou que a burguesia não acabou, mas subordinou à exploração capitalista o “trabalho a domicílio” como uma fonte suplementar de sobretrabalho. Como se vê, não é de hoje que a burguesia recorre à exploração capitalista do trabalho de semi-proletários (a exemplo hoje dos trabalhadores por aplicativos) ou de assalariados proletários de áreas auxiliares da produção social (como acontece com a terceirização de serviços públicos). Sempre a burguesia cria mecanismos para a apropriação maior da massa da mais-valia produzida pela classe operária na produção social e que acham-se nas mãos do estado (via impostos) ou distribuída no conjunto da economia nacional por meio da circulação. Dito seja ainda de passagem que “classe trabalhadora” como sinônimo de proletariado é um conceito antimarxista ao misturar sem qualquer distinção de classe ou função social na produção e circulação capitalista à pequena burguesia.

b) A tese da existência de “uma nova classe trabalhadora” é determinada pelo objetivo democratizante burguês de construir um partido eleitoral de massas. A isso referimo-nos no OI 36 ao afirmar que o objetivo é construir bases eleitorais “ao interior de movimentos não proletários que são mais palatáveis ao desenvolvimento da estratégia democratizante burguesa”. Isso verifica-se na inclusão da teoria de gênero acadêmica como uma das “explicações” dessa “mudança”. No caso, a tese da “nova classe trabalhadora” é o prolongamento da teoria revisionista de que existem duas “esferas paralelas” nas opressões: a de gênero (relações entre os sexos e relações familiares) e a da opressão de classe. A “nova classe trabalhadora” teria - para muitos psolistas - às mulheres “oprimidas pelo patriarcado” por um de seus principais destacamentos, apagando assim a fronteira de classe entre operárias e proletárias com a pequena burguesia. O que se reflete na organização política e nos objetivos eleitorais e, sobretudo, na elaboração de programas, táticas e métodos democratizantes e institucionais.

c) Um exemplo claro disso é que “luta pela “desconstrução do machismo” nada tem a ver com a concepção marxista do fim das opressões. Para o feminismo, incluído o que se autodenomina “socialista”, o “machismo” diz respeito às “relações de subordinação” da mulher perante o homem. Trata-se

de uma “relação de poder” do homem sobre a mulher “por cima” das diferenças raciais, étnicas, nacionais e de classe. O que leva a política da separação da luta contra os preconceitos relativos às mulheres existentes entre os homens com a luta revolucionária contra o capitalismo. Por isso, o PSOL defende ser possível a “desconstrução ideológica” dos preconceitos dos homens contra as mulheres através de medidas pedagógicas e coercitivas dentro do capitalismo. As tentativas de “desconstruir” as manifestações ideológicas da opressão do homem sobre a mulher por meio de reformas no capitalismo é a rejeição da luta revolucionária pela subordinação ao democratismo burguês. Não desconhecemos que na *Teses para a propaganda entre as mulheres* destaca-se a importância de “preparar o terreno para relações mais sadias e harmoniosas entre os sexos e o saneamento moral e físico da humanidade trabalhadora”, inclusive dentro do capitalismo na medida que seja possível. Mas, para os bolcheviques, o essencial dessa luta residia em fortalecer “o espírito dos operários e das operárias a ideia da solidariedade de interesses dos proletários de ambos os sexos”. Ou seja, unificar as massas exploradas femininas junto dos homens de sua classe ao redor do programa da revolução e ditadura proletárias.

d) O PSOL assimila a “teoria liberal progressista” da política liberal burguesa e os conceitos pseudo-marxistas forjados na academia pela intelectualidade pequeno-burguesa de que os movimentos “feministas, antirracistas, anti-LGBTfóbicas” seriam “expressões da diversidade da classe trabalhadora” as quais seguem um curso paralelo e à parte da “luta de classes tradicional”. Ao falar de “identidades de classe” forjadas fora das relações de produção - que condicionam e determinam o conteúdo social e objetivos políticos das classes antagônicas da sociedade capitalista - o PSOL pretende dotar à luta pelas reivindicações e liberdades civis e democráticas de um conteúdo revolucionário socialista em si mesmo. Uma coisa é afirmar que os verdadeiros socialistas impulsionam essas lutas contra a discriminação na vida civil, política e econômica e contra a desigualdade jurídica para alavancar a luta revolucionária da classe operária. Outra coisa é afirmar que a luta pelas liberdades democráticas, civis e políticas para melhorar minimamente as

→ condições de vida no capitalismo é lutar pelo socialismo. Essa “tese” do PSOL tem um duplo objetivo: **1)** rotular movimentos democrático-burgueses como socialistas e, **2)** desse modo, ganhar apoio eleitoral entre esses movimentos se apresentando como um “socialismo democrático” oposto e antagônico ao “socialismo autoritário” dos bolcheviques. Em última instância, usar a máscara socialista para fazer uma política eleitoralista pequeno-burguesa.

e) Lênin, seguindo as formulações de August Bebel (“A Mulher e o socialismo”), afirmou que a discriminação e dupla opressão da mulher na família é um fenômeno social derivado da divisão da sociedade em classes e da propriedade privada dos meios de produção. Ou seja, uma manifestação da opressão de classe. Diz Lênin: “O capitalismo alia à igualdade puramente formal a desigualdade econômica e, portanto, social. Essa é uma de suas características fundamentais, hipocritamente dissimulada pelos defensores da burguesia, pelos liberais e não compreendida pelos democratas pequeno-burgueses” (*O Dia Internacional da Mulher*, 07/03/1920). O capitalismo impossibilita a real igualdade entre homem e mulher, que somente na transição ao socialismo é possível começar a conquistar seus primeiros cimentos. A luta da classe operária é o motor da luta pelo fim das desigualdades, mas não para serem realizadas no capitalismo e sim no socialismo. O essencial a ser dito é que para os marxistas não existem “problemas especificamente femininos”. Por isso, Lênin afirmou: “nada de uma organização separada das mulheres comunistas”. Mas, isso não nega a importância das reivindicações das mulheres oprimidas pelo capitalismo como um meio para a mobilização de massas contra o Estado burguês e pelo socialismo. Assim, a luta pelas reivindicações pela igualdade somente pode ter sentido ao serem integradas como parte do programa proletário contra a opressão de classe e pela expropriação da fonte dessas desigualdades: a propriedade privada. O problema da tática para a luta contra a opressão das mulheres se concentra na sua relação com a estratégia proletária.

f) À revisão teórica do marxismo lhe segue a revisão organizativa da teoria marxista (bolchevique) do partido político. Aos interesses eleitoralistas é que serve a tese de que “As identidades

de classe, outrora forjadas na relação formal com a fábrica e com os sindicatos, hoje se constroem a partir de visões de mundo, dos territórios periféricos, da revolta contra as insalubridades do trabalho e da conexão em comunidades virtuais”. Daí que, diz o PSOL, a esquerda deveria “renovar” urgentemente “sua linguagem, estética e ferramentas de organização, sob o risco de ver suas formas tradicionais de atuação se tornarem irrelevantes para a maioria explorada”. Sob uma pomposa retórica, o PSOL rompe suas ligações com a teoria da organização bolchevique que, historicamente, se comprovou a única organização capaz de lutar pelo socialismo. O “socialismo democrático” revela-se o prato requentado da transformação do capitalismo pelas reformas que servem para reforçar a ditadura da burguesia.

CONCLUSÃO FINAL À CRÍTICA POLÍTICA E PROGRAMÁTICA AO REVISIONISMO DO ‘SOCIALISMO DO SÉCULO 21’.

Os “socialistas democráticos” e seus satélites revisionistas intitulados de “marxistas” (e até “trotskistas”) fizeram do PSOL um rejunite oportunista de correntes ligadas entre si pelo interesse de parasitar de um aparelho eleitoral. O abandono de uma candidatura própria para defender a candidatura de um partido integrado à ordem burguesa demonstra mais de mil argumentos teóricos, que a tática eleitoral virou estratégia. O Programa do “socialismo do século 21” é sua expressão mais acabada.

A subserviência e democratismo do PSOL já começou a dissolver seu aparelho. Há frações e correntes que romperam com o PSOL por conta dessa política de sua direção que não duvidou em se aliar à direita em eleições estaduais e municipais, e agora ao PT e Lula. Mas, também estão as correntes dos atuais ministros do governo burguês de Lula que foram cúmplices das medidas antipopulares e antinacionais. O que pode encorajar Boulos, Guajajara e até Hilton, que defenderam a federação com o PT e foram derrotados, a procurar uma justificativa para sair do PSOL. Está aí por que crise do PSOL não poderá ser equacionada e será o resultado eleitoral que determinará seu curso.

O programa e estratégia do PSOL não é socialista. Não recupera as tradições e estratégia proletárias, apenas requeenta o programa da socialdemocracia alemã. Não é por acaso que em um quadro da situação política mundial em que a

estratégia e programa da revolução social adquire toda sua importância histórica como única via para acabar com a barbárie capitalista, e abrir o caminho ao socialismo por meio da luta de classes, os psolistas defendem manter o capitalismo em pé e reforçar a ditadura da burguesia sobre os explorados e oprimidos. A tese da derrota da ultradireita pela via eleitoral é uma farsa que somente serve à burguesia para adormecer o proletariado e demais oprimidos. A ultradireita cresce, fortalece e estende sua influência hoje por meio da democracia burguesa.

As massas e os setores da vanguarda que acreditaram no PSOL como alternativa ao democratismo e à colaboração de classes em que afundou o PT, terão uma nova e profunda decepção com os socialistas pequeno-burgueses. A vanguarda com consciência de classe deve ajudar aos explorados e oprimidos traídos por esse partido a se organizarem e defender um programa de mobilização das massas a partir de suas reivindicações imediatas, colocando aberta e francamente que essas serão conquistadas com a ação direta coletiva, e nunca com as eleições. que em nada mudarão suas condições de vida, uma vez que essas são usadas para pôr no comando do estado a um agente político da burguesia. Sobretudo, mostrar que a luta pelas reformas e defesa das conquistas somente pode ser realizada com a luta de classes, que deve servir para projetar a luta pela revolução e ditadura proletária.

Eis como a aplicação particular da tática eleitoral leninista nas condições em que prevalecem as ilusões democráticas se subordina à estratégia revolucionária e socialista. O contrário acontece com o PSOL: a tática eleitoral nega à “estratégia socialista”, a transformando em farsa. ●

NOVO!

FOLHETO

**Balanco do XXVIII
CONGRESSO
da APEOESP**

**Burocracia avança no
autoritarismo e nas traições
para reeleger Lula**

dezembro de 2025

Adquira com nossos militantes!

O CALENDÁRIO ELEITORAL IMPÕE A DIVISÃO TOTAL DA LUTA DO FUNCIONALISMO EM SÃO PAULO

As burocracias sindicais dos principais sindicatos do funcionalismo em São Paulo (APEOESP, SINPEEM, SINESP, SINDSEP e outros), todos dirigidos pelo PT e/ou PCdoB, ampliam as manobras divisionistas para blindar a candidatura de Lula/PT a reeleição. A primeira estratégia utilizada pela burocracia do SINPEEM foi a fragmentação da categoria em reuniões setoriais (readaptados, aposentados, quadro de apoio e docentes/gestores), com a alegação da necessidade de tratar de pautas específicas, quando na verdade a intenção era de utilizar essas “plenárias” para alimentar as ilusões nas saídas individuais por meio da justiça burguesa e da pressão parlamentar, conforme já exposto no OI 37. A segunda estratégia, repetida ano após ano, é uma completa submissão aos calendários do governo com reuniões a portas fechadas, sem que as bases tenham discutido e aprovado um plano de reivindicações. A burocracia impõe, em última instância, as propostas consensuadas entre governo e direção às costas das categorias. Deixando claro que o governo e os burocratas agem sob o objetivo de impedir as lutas pelas reivindicações e os métodos coletivos (greve, bloqueios, manifestações de rua etc.) para os conquistar.

Após estas “plenárias”, de completa enrolação, a burocracia do SINPEEM impôs a data do dia 09/04/26 para início da campanha salarial da educação municipal, passando por cima de todas as indicações das instâncias do sindicato (Congresso, plenárias e Reunião de Representantes) e inclusive das instâncias dos seus aliados da COEDUC (SINESP e SEDIN). Essa imposição foi consolidada na reunião do Conselho Geral do SINPEEM em 09/03, instância que a burocracia tem a maioria de conselheiros e por isso aprova o que quer. Nesta ocasião, se utilizaram da defesa farsesca da unidade com a APEOESP, que havia imposto no dia 06/03 uma greve de 2 dias (09 e 10/04). A imposição da burocracia do SINPEEM expôs a completa submissão dos demais sindicatos

da COEDUC, que já tinham acordado iniciar a campanha em 18/03, mas também foi surpreendida com a nova data.

Essa data foi imposta para postergar mais uma vez a luta da categoria por suas reivindicações mais sentidas, como tem ocorrido todos os anos, a fim de reduzir a campanha salarial apenas a pauta econômica em torno da tramitação de um PL de reajuste que costuma tramitar na câmara municipal, encaminhado pelo executivo neste período.

Na contramão desta política divisionista mais explícita da COEDUC, o Fórum das entidades representativas do funcionalismo municipal, que reúne neste momento cerca de 19 entidades sindicais de diversos setores (saúde, assistência social, médicos, engenheiros, vigilância, entre outros), construiu uma narrativa de defesa da unidade, enviando inclusive carta aberta de apelo à COEDUC para a construção de um calendário unificado, que foi completamente rechaçada pelos três sindicatos da educação. O Fórum seguiu na defesa da unidade e realizou duas assembleias, dia 16 e 30 de março, convocadas para os dias que coincidiam com as mesas de negociação com o governo, justificando que o que fosse apresentado pelo governo seria submetido imediatamente a apreciação das categorias do funcionalismo.

No entanto, na assembleia do dia 30/03 o discurso da unidade caiu por terra, quando as direções do Fórum decidiram convocar a próxima assembleia para o dia 08/04, um dia antes da paralisação/assembleia convocada pela COEDUC, com a justificativa de que o governo fará nova reunião para devolutiva da pauta de reivindicações nesta data. A defesa da proposta explicitou a total contradição deste setor, uma vez que renunciou à possibilidade concreta da unidade com os demais sindicatos da educação em função da promessa de mais uma mesa de negociação com o governo, que até agora só nos enrolou. A Unidade Independente Classista e

Combativa distribuiu nesta assembleia um boletim (em anexo) e proferiu fala no carro de som durante o ato, defendendo a mais ampla unidade na luta grevista, assentada em um plano comum de reivindicações a ser deliberado em assembleia conjunta no dia 09/04, porém não conseguimos fazer a mesma defesa durante a assembleia, já que foi concedida a fala primeiramente para militante do MRT, que defendeu em contraposição a direção do Fórum paralisação de 3 dias (8, 9 e 10/4) e venceu a proposta do Fórum.

Por fim, a campanha salarial do funcionalismo será completamente dividida, com assembleia do funcionalismo municipal no dia 08/04, assembleia da COEDUC (educação municipal) no dia 09/04 e assembleia dos professores estaduais (APEOESP) no dia 10/04.

Tudo indica que há uma intervenção direta da CUT, central sindical que todos estes sindicatos do funcionalismo municipal e estadual são filiados, a fim de preservar a campanha eleitoral de Lula/PT, uma vez que uma greve unitária pode se potencializar e se consolidar como uma ameaça ao governo federal, que vem aplicando as mesmas políticas de arrocho salarial e de retirada de direitos que os governos municipais e estaduais, sustentadas pelo arcabouço fiscal.

Cada vez fica mais difícil defender as reais necessidades das categorias enquanto essas direções seguirem à frente dos sindicatos. Para recuperar nossas organizações de frente única de luta e impor nossas reivindicações, é necessário começar, desde já, a construir uma real oposição classista e revolucionária para expulsar as direções burocratizadas e conquistar os sindicatos para a luta de classes sobre a base da democracia operária, dos métodos de ação direta e da unidade das categorias sob um mesmo plano de lutas. A esse objetivo se dedica a Unidade Independente Classista e Combativa (UICC). Chamamos os militantes de base a se organizarem junto à UICC! ●



UNIDADE
INDEPENDENTE
CLASSISTA
E COMBATIVA



PPRI
Partido Protetário
Revolucionário
Internacionalista

INDEPENDENTES

Boletim nº 39
30/03/2026

9

UNIDADE NA LUTA SE CONSTRÓI EM GREVE! UNIFICAR O FUNCIONALISMO MUNICIPAL E A EDUCAÇÃO ESTADUAL COM A APROVAÇÃO DA GREVE A PARTIR DO DIA 09 DE ABRIL!

Os ataques ao serviço público, em todas as esferas federativas e por todos os governos de turno, tem como principal motor a privatização, uma forma das burguesias manterem seus lucros em meio a profunda crise do capital, utilizando o estado como fiador e facilitador de seus negócios. O projeto de privatização dos serviços públicos se intensifica ano após ano, e as manifestações dessa política são sentidas, tanto pelos trabalhadores servidores públicos, como pela população assalariada, a juventude oprimida e os desempregados que necessitam destes serviços.

A privatização e terceirização têm submetido a população em geral a conviver com o sucateamento dos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, assim como têm imposto aos servidores o rebaixamento salarial e a instabilidade no emprego com os contratos temporários. As principais consequências da política privatista na educação são: 1) **Desemprego e subemprego** – com contratos por tempo determinado (para muitos cargos de apenas 1 ano) sem isonomia salarial e de direitos; 2) **Sobrecarga de trabalho**, em função principalmente da redução do quadro de funcionários, mas também da plataformização (trabalho burocrático), e da ampliação do São Paulo Integral (SPI); 3) **Rebaixamento do preço da força de trabalho**, por meio dos contratos precarizados, do arrocho salarial e da retirada de direitos, e 4) **Precarização do ensino**, por meio do rebaixamento do currículo para responder as metas e índices nas avaliações externas. Todas essas consequências da política privatista têm acarretado **aumento dos índices de adoecimento**, que também são resolvidos pelos governos com mais punição aos trabalhadores - redução da jornada com redução de salário imposto pela lei 18.221/24.

Esses e outros tantos elementos revelam as manifestações práticas do projeto privatista e destruidor dos serviços públicos essenciais, que têm consequências desastrosas para o conjunto do funcionalismo, bem como para a população em geral, o que justifica a necessidade da mais ampla unidade na luta. É neste marco que precisamos compreender o que de fato significa unidade na luta, que se dá por meio da luta de classes, e não dos conchavos entre os interesses corporativistas das burocracias sindicais por cima dos trabalhadores. Portanto, a unidade deve ser construída na luta direta com o conjunto dos trabalhadores mobilizados, nas assembleias conjuntas guiadas pela democracia operária, para aprovar um plano de reivindicações comum de defesa dos serviços públicos, do emprego com estabilidade a todos, de um salário que atenda as reais necessidades dos trabalhadores e de melhorias nas condições de trabalho e ensino, que passa primeiramente por derrotar o projeto privatista em curso.

No entanto, mais uma vez, o que as burocracias sindicais têm apresentado como pauta de reivindicações e método de luta, estão aquém das reais necessidades dos trabalhadores. Neste ano, mais uma campanha salarial é iniciada com o divisionismo imposto pela COEDUC e construída em cima de índices de reajuste que, na primeira proposta do governo, são prontamente rifados. Além disso, foi "acrescentado" à pauta, o pagamento de quinquênios e sexta partes referentes ao tempo descongelado do período pandêmico. As burocracias apresentaram como "vitória" o suposto pagamento agora em março, o que não ocorreu, e logo já

foi transformado em pauta da campanha salarial. Pagamento este que, por lei, já é previsto e devido. A necessária luta pelo fim do projeto privatista em todas as suas manifestações, incluindo a derubada da 18.221 tem passado à margem dessa pauta e do método pacifista de vigília empregado nesta e nas últimas campanhas.


Para nós, da UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA, o sindicato é nosso instrumento de luta, o que significa que precisamos fortalecê-lo e conquistar sua direção para a luta de classes. Mas, para isso, é necessário fortalecer a ação coletiva, significa dizer que precisamos acreditar única e simplesmente no poder de mobilização dos trabalhadores, como força social capaz de derrotar a política dos governos, que em última instância expressa a política da burguesia contra os trabalhadores. **Significa dar um basta ao pacifismo das vigílias em frente a câmara ou a prefeitura de São Paulo, método que tem nos levado a derrotas sucessivas, e passar a travar as grandes vias da cidade e seguir o exemplo dos indígenas do Tapajós, ocupando lugares estratégicos e só arredar o pé quando as reivindicações mais sentidas forem atendidas**, a começar pela defesa do emprego com estabilidade a todos, com a imediata efetivação de todos os contratados e terceirizados, pelo fim da política de subsídios e abonos complementares de piso, com reajuste real de acordo com o piso do Dieese, que se configuram em ações concretas no combate às privatizações e terceirizações no serviço público, até chegar àquelas reivindicações mais específicas que têm relação com as particularidades do trabalho de cada categoria.

Saudamos as mobilizações e assembleias já construídas neste ano e repudiamos os esforços divisionistas da COEDUC. **No entanto, para avançar concretamente na unidade necessária para uma mudança na correlação de forças, a assembleia deste dia 30/03 precisa aprovar uma nova assembleia com indicativo de greve para o dia 09/04 para que possamos, todo o funcionalismo municipal, votar a greve e construir a unidade efetiva em luta com os trabalhadores da educação estadual.** Somente a mais ampla unidade dos trabalhadores pode derrotar os planos dos governos, porta-vozes da burguesia, nossos reais inimigos de classe, a partir dos métodos da luta coletiva, da ação direta dos trabalhadores nas ruas, paralisando cada local de trabalho, protagonizando a ocupação de avenidas, e construindo a greve por tempo indeterminado até que o governo atenda nossas reivindicações. ●

UNIDADE DO FUNCIONALISMO PARA BARRAR OS ATAQUES DE NUNES E TARCÍSIO! GARANTIA DE EMPREGO COM EFETIVAÇÃO E ESTABILIDADE A TODOS! REAJUSTE REAL DOS SALÁRIOS COM INCORPORAÇÃO IMEDIATA DOS ABONOS COMPLEMENTARES. FIM DA POLÍTICA DE SUBSÍDIOS AOS SALÁRIOS! FIM DA POLÍTICA DE TERCEIRIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO! PELA REVOGAÇÃO IMEDIATA DA LEI 18.221/2024! REABERTURA DAS SALAS DE AULA E ESCOLAS FECHADAS. DEVOLUÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICO PARA REDE DIRETA E FIM DAS PPP NA SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. ABAIXO AO PROJETO DE ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL! ABAIXO A REFORMA DO ENSINO MÉDIO! ORGANIZAÇÃO DA LUTA COM OS MÉTODOS DA AÇÃO DIRETA, COM GRANDES MANIFESTAÇÕES, GREVES E OCUPAÇÕES DE PRÉDIOS E AVENIDAS. NENHUMA ILUSÃO NAS NEGOCIAÇÕES ENTRE AS BUROCRACIAS E O GOVERNO, COM A CATEGORIA DESMIBILIZADA!

Os ataques à educação e demais serviços públicos em São Paulo continuam.

Mais 40 mil professores foram demitidos, vítimas dos ataques de Tarcísio, mas também da *política conciliadora da direção majoritária da Apeoesp* (PT, PCdoB e PSOL).

 Nas últimas décadas, o magistério paulista vem sofrendo com os inúmeros ataques dos diferentes governos. Nos anos 1980, o governo Orestes Quéricia iniciou o enrugamento da máquina pública priorizando o pagamento da dívida pública em favor do capital financeiro, e reduzindo os investimentos no setor público, sobretudo na educação.

Esse período é marcado pelo aumento da oferta do ensino, mas sem os investimentos necessários para a educação no estado para cobrir toda a demanda. As salas lotadas e o congelamento dos salários foram o resultado, motivo de greves na rede estadual de ensino.

Nos anos 1990, os governos de Antônio Fleury e Mário Covas continuaram a impor as políticas econômicas do imperialismo para a América Latina, ampliando a política denominada neoliberal para a ampliar os cortes nas áreas da educação e saúde, em detrimento do favorecimento da iniciativa privada.

Os governos do PSDB, com Geraldo Alckmin e José Serra, foram marcados pelo fechamento dos períodos noturnos e das EJAs, da política meritocrática e da bonificação que substituiu os reajustes salariais e impôs, nos fatos, seu congelamento.

O governo de João Dória foi o governo das reformas da previdência e administrativa, da imposição das escolas de período integral, da imposição da BNCC e novo ensino médio com o ensino à distância.

Tarcísio, junto com Feder, tem aprofundado a reforma administrativa por meio de várias resoluções. Tem sido também o governo que colocou em prática a avaliação de desempenho com a sua política de faróis que gerou milhares de desempregados nos últimos anos. Esse ano, o agravante foi a avaliação de desempenho e as mudanças na composição da pontuação da atribuição de aulas. Milhares de professores, alguns perto de se aposentarem, ficaram adiados, outra parcela viu sua jornada ser reduzida para apenas 19 horas/aulas.

Antes esses ataques eram respondidos com os métodos da luta de classes, com as greves, ocupações e travamento das principais avenidas de São Paulo

com milhares de professores. Mas, conforme a direção burocrática da Apeoesp aprofundou sua política eleitoreira e de ação parlamentar para impor como política central do sindicato a conciliação, atrelada às ações judiciais, os professores vão cada vez mais perdendo direitos, salários e conquistas históricas alcançadas com muitas lutas.

Desde o ano passado, já prevendo os impactos dos fechamentos de salas, turnos e da avaliação desempenho, colocamos por meio da Corrente Sindical Marxista - Guillermo Lora (CSM-GL), e por meio da Unidade Independente Classista e Combativa (UICC), a necessidade de organizar os professores já desde o final do ano. A direção se recusou. Insistimos ainda para que houvesse desde o início do ano a construção da greve, entretanto, a direção freou a luta jogando a assembleia para março. Abortando a luta desde o começo do ano, a burocracia logo colocou um calendário limitado de greves nos dias 8 e 9 de abril. O que favoreceu o governo que teve mãos livres para impor as demissões. A direção praticamente não tem feito comandos entre as bases nas escolas para colocar em prática seu próprio calendário. Isso demonstra que está disposta a mais uma vez impedir as greves para favorecer a campanha eleitoral. E como não querem fazer a luta, apostam apenas na mobilização por meio de matérias pagas na mídia e nas redes sociais.

Apesar das dificuldades, os militantes da CSM-GL temos visitado as escolas e chamado os professores para aderirem ao movimento. Não há como romper a paralisia e traições da direção governista sem organizar a luta desde as bases. Temos percebido ainda que uma grande parcela dos professores não conhecem o instrumento da greve, muitos se sentem bastante pressionados pela política de assédio moral e não confiam na direção sindical.

Os 11 anos sem greve por tempo determinado, fizeram surgir uma parcela de professores que não conhecem os métodos da ação direta que permite avançar em sua consciência com a luta de classes. É mais um obstáculo o fato

de mais de 50% dos professores serem contratados, muitos não são filiados, enquanto uma parcela sequer compreende como funciona a luta sindical. Tudo isso são travas objetivas para os trabalhadores assumirem seus métodos e táticas próprias de luta. Essa situação é de responsabilidade da direção pelega e de sua política de conter as lutas colaborando com os patrões ao invés de impulsioná-las.

Ainda assim, o governo não quer qualquer manifestação de rua que possa levar a uma luta. Como tentativa de arrefecer o movimento, o governo soltará no próximo dia 10 de abril a bonificação por resultados. Como é ano eleitoral, possivelmente um número maior de escolas e professores ganhará essa migalha. É possível também que o governo aplique o reajuste de 5,4% concedido pelo governo federal (seja de uma só vez ou em “cômodas” parcelas anuais). Estamos convencidos que a direção burocrática da Apeoesp deve estar costurando algum acordo nesse sentido para apresentar a migalha como “vitória” e usá-la como campanha eleitoral.

Está claro que a direção se recusa a ser consequente e organizar os professores por meio da luta de classes para barrar os ataques de Tarcísio com relação aos congelamento dos salários, sua avaliação de desempenho punitivista, ampliação dos trabalho por meio das plataformas, entre outros. Faz isso porque está submetida à política da Frente Ampla, ao governo Lula que aplica o arcabouço fiscal, a ampliação das privatizações, os cortes de verbas dos serviços públicos e o congelamento salarial do funcionalismo público federal etc. Esse último é o motivo da greve dos técnicos das universidades federais que tentam obrigar o governo Lula a aplicar parte de seu acordo assumido na greve anterior de 2 anos atrás.

A direção da Apeoesp não pode ser consequente na defesa da categoria, porque ao defender o governo Lula e a democracia burguesa, esmaga e trai as tendências de luta sacrificando direitos e salários em troca de votos. Isso fica evidente quando diz que o enfrentamento a Tarcísio se dará nas urnas, deixando

→ os professores e demais trabalhadores da educação à mercê das políticas de destruição dos serviços públicos.

Se os ataques continuarem nesse ritmo e, sem uma resposta à altura, está claro que nos próximos anos restará muito pouco ou quase nada dos serviços públicos, e sobretudo, dos direitos e conquistas trabalhistas. A iniciativa privada vai engolir quase tudo, pegando o dinheiro dos governos e devolvendo serviços ultra rebaixados, como o que já ocorre nos transportes,

saneamento básico, setor elétrico, etc.

Quando a direção defende a democracia burguesa e está afundada na colaboração de classe, tenta esconder que o governo de São Paulo aplica as mesmas políticas que são gestadas e aplicadas também no governo Lula, mesmo com pequenas diferenças. Tenta esconder que na fase atual da crise do capitalismo, nenhum governo - e nem o parlamento - poderá beneficiar as massas exploradas com qualquer medida que amenize a destruição de suas

condições de existência. É por meio da democracia burguesa com seu parlamento, sua justiça e demais instituições que as necessidades do grande capital são impostas contra os interesses dos trabalhadores. É por meio da luta de classes que os trabalhadores conquistam suas reivindicações e impõem seus direitos. A primeira escolha leva ao servilismo e traições, a segunda a forjar uma direção classista e revolucionária capaz de combater e derrotar a burguesia e seus governos. ●

ELEIÇÃO DE DELEGADOS PARA O 6º CONGRESSO NACIONAL DA CSP-CONSLUTAS NO SINDSERV SÃO SEBASTIÃO É MARCADA PELO APARELHISMO E BUROCRATISMO DE SUA DIREÇÃO

No dia 12 de março de 2026, fomos surpreendidos pela divulgação nas redes sociais do SindServ – São Sebastião da Eleição de Delegados para o 6º congresso nacional da CSP-CONLUTAS. O chamado em cima da hora convocava as bases para eleger delegados, com data para o dia 17 de março, antes da assembleia da categoria marcada para a mesma data.

O chamado às bases não se tratava de inscrição de teses ou orientava as correntes presentes na organização sobre os critérios para pleitear a vaga, apenas convocava para eleger os delegados que estariam participando pelo sindicato. Intervimos através da Corrente Sindical Marxista, que atua neste sindicato junto a Frente Combativa, para poder apresentar nossa defesa e concorrer para a escolha de delegados. Conforme informado pela direção da Unidos pra Lutar, que marcou presença na eleição e conduziu os trabalhos à mão de ferro, a inscrição para o congresso já estava determinada: ocorreria por minoria (4 vagas) e que estas estavam destinadas à direção do sindicato.

Assim, com uma imposição antidemocrática, fomos impedidos de participar enquanto sindicalizados e disputar as vagas de acordo com a liberdade de manifestação de posições políticas no Congresso da Conlutas. Também não foi possível fazer o debate e aprofundá-lo junto às bases dada a manobra e a permanente atitude da direção de nos desgastar diante dos presentes com acusações e falsificações. Ficou claro que os que contribuem voluntariamente com o sindicato tinham apenas um papel naquele momento: levantar a mão e aprovar o que já estava decidido antes de começar a reunião.

Estavam presentes na votação membros da direção do Sindicato que defenderam a tese da Unidos pra lutar. Um membro da direção que defendeu a tese da Corrente Proletária – POR e um membro da CSP-CONLUTAS que participou da eleição, mesmo não sendo servidor e não possuindo base na região, este militante não obteve votos em sua tese. Nos abstemos na votação e atuamos denunciando o cerceamento burocrático da fala, do amplo debate e a ausência da democracia sindical que deveria ter sido respeitada e instaurada nesta eleição.

ASSEMBLEIA DE 17 DE MARÇO APROVA GREVE DA CATEGORIA

Após a eleição dos delegados para o 6º Congresso Nacional da CSP – CONLUTAS, a assembleia foi constituída. Foi possível observar a permanência de membros da Unidos pra Lutar no recinto, estes atuaram intervindo na mesa e confundido a

categoria, colaborando com provocações e deturpação das falas dos membros da Frente Combativa – corrente de oposição a atual direção sindical.

Após informar que o executivo municipal não respondeu aos ofícios enviados pela entidade classista, a direção abriu para as intervenções dos presentes. Atuamos lembrando a luta erguida no ano de 2025, que colocou quase 400 pessoas na rua e garantiu o reajuste nos vales (VA e VR) dos trabalhadores. Ressaltamos que essa conquista se deu devido ao movimento, bem como a necessidade as prefeitura intervir na política sindical usando os trabalhadores como massa de manobra ao exigir que estes chamassem uma assembleia extraordinária para votar o fim da campanha salarial, jogando com a precarização do trabalho e salários ao dizer que eram os vales ou nada. Denunciamos a covardia da direção ao permitir e capitular sua posição, que deveria ser a da independência de classe, ao se alinhar a chantagem do executivo.

Durante as defesas a direção propôs paralisação para o dia 10 de abril com assembleia em frente a prefeitura. Para se diferenciar da direção majoritária (Unidos pra Lutar) o POR, que também faz parte da direção sindical como minoria, defendeu que a paralisação no dia 10 de abril, com assembleia em frente a prefeitura fosse uma greve por tempo indeterminado. Em nossas falas contribuimos com a imediata necessidade de atuar nos comandos de convencimento junto às bases, para que estas possam compreender os rumos da luta e assumirem para si a necessidade da paralisação massiva neste momento. Um servidor que trabalha na SESEP – Secretaria de Serviços Públicos propôs que a atividade começasse na garagem. Por experiência pessoal, informou que “*é da garagem que saem todos os trabalhadores para realizar a manutenção no município, a garagem é um local estratégico para iniciar a paralisação*”.

Com os adendos a proposta da direção majoritária, a assembleia aprovou a intensificação dos comandos de base, visando o convencimento da categoria e a paralisação dos trabalhos no dia 10 de maio, com início às 6:00 horas na garagem municipal – SESEP, os trabalhadores seguirão em passeata pelas ruas do município até a frente da prefeitura onde a assembleia será realizada.

O PPRI atuará para ajudar à categoria a romper o imobilismo e confiar em suas próprias forças, chamando a defender as reivindicações com a luta de classes. ●

ATO 15/03

O ELEITORALISMO E SUBSERVIÊNCIA A LULA TÊM POR RESULTADO O ENFRAQUECIMENTO DA LUTA CONTRA O GENOCÍDIO PALESTINO

Desde o começo do ano, foram realizadas duas reuniões da Frente Palestina de São Paulo (FPSP) visando organizar um ato para o dia 29/03, o Dia Mundial da Terra Palestina. A guerra contra o Irã travada pelo imperialismo-sionismo, porém, demonstrou a necessidade de repudiar essa ofensiva e, assim, foi aprovado o ato do dia 15/03 na frente da CNN, objetivando denunciar a retórica pró-imperialista e sionista da grande mídia monopolista, e defender o direito à resistência dos povos e nações oprimidas.

Para responder à ofensiva genocida imperialista-sionista no Oriente Médio era necessário que as correntes e partidos colocassem centenas e até milhares de manifestantes nas ruas. Mas, os partidos e direções não estavam dispostas a construir um grande ato nesse dia. Seu objetivo é organizar um ato massivo no dia 29/03 para o usar sua tribuna eleitoral. Não por acaso o PT e aliados insistiram para que se baixasse a consigna de exigir ao governo Lula a ruptura das relações com Israel. Os centristas (PSTU, CST, PSOL etc.) aceitaram a imposição sob o argumento da “uni-

dade em meio às diferenças”. Assim, o ato de 15 de março foi esvaziado (contou ao redor de 50 manifestantes), o que encorajou um grupo de monarquistas (apoiadores do Xá Reza Pahlavi) a gritar palavras de ordem em defesa de Israel. Quando as direções não se comprometem a mobilizar suas bases se abre caminho ao fortalecimento das posições reacionárias. A política de priorizar as eleições burguesas revela-se uma política criminosas.

O PPRI distribuiu um Manifesto denunciando a cumplicidade das direções sindicais e políticas majoritárias com o governo burguês que é coadjuvante do genocídio palestino ao manter as relações com Israel e defendeu impor a ruptura a Lula com a luta de classes. Na sua fala, explicou que existe uma guerra entre os oprimidos e opressores, que é necessário defender a violência instintivamente revolucionária das massas e que é necessário estar junto das massas palestinas, libanesas e iranianas defendendo seu direito à autodeterminação e, visando a esse objetivo, convocar medidas de ação direta para impor a Lula rompa os acordos e, assim, enfraquecer os interesses de Israel e dos EUA no Brasil. ●

ATO 29/03

O ato do Dia da Terra Palestina mostrou que as direções políticas e sindicais não vão se comprometer com a luta Palestina para não afetar a campanha eleitoral

Antes do ato da Palestina realizado no dia 15/03, houve duas reuniões da Frente Palestina de São Paulo (FPSP) com o objetivo de organizar um massivo ato para o Dia Mundial da Terra Palestina. Porém, chegando o dia, não se mobilizaram mais de 300 pessoas, demonstrando que as direções sindicais e políticas que dirigem os maiores partidos e sindicatos do país e do estado, não fizeram qualquer esforço para encher as ruas contra o genocídio palestino. O máximo que fizeram foi enviar seus logos para serem colocados no Card de convocatória nas redes, enquanto se negaram (como veem se negando) a mobilizar suas bases para transformar atos simbólicos em atos de massas.

Acreditamos que as direções iriam mobilizar para usar o ato como tribuna eleitoral, o que sequer aconteceu. Mas, não tínhamos conhecimento até onde os partidos (PT, PCdoB, PSOL etc.) e as Centrais (CUT, CTB, Força Sindical, Unidos etc.) apenas estão interessa-

dos em defender as eleições burguesas e manter alianças com setores da direita pró-sionista para manter em pé a frente ampla burguesa, portanto, nada farão em concreto pelos palestinos visando a reeleição de Lula.

No Manifesto distribuído durante o ato e também na sua fala, o PPRI colocou que o ataque dos EUA-Israel contra o Irã é um elo na luta de classes entre opressores e exploradores contra explorados e oprimidos. De forma que não há como ficar acima do muro: ou se está do lado das massas e dos governos sob ataque imperialista e, nesse sentido, se fazem greves e ações para estrangular seus interesses no Brasil, ocupando a trincheira ao lado das massas na guerra; ou se está objetivamente na trincheira imperialista contra os povos e nações oprimidas. A decisão de apoiar a qualquer custo o governo burguês de Lula, fez das direções cúmplices da decisão de Lula de manter os acordos com Israel que financiam a ofensiva contra o Irã e o genocídio palestino e libanês. Torna-



ram-se objetivamente cúmplices do genocídio por se submeter ao governo burguês de Lula que mantém em pé todas as relações e acordos entre Brasil e Israel. A vanguarda com consciência de classe deve compreender a importância que adquire a construção de uma oposição revolucionária ao interior dos sindicatos para varrer essas direções e os recuperar como uma ferramenta para a luta de classes contra os inimigos dos povos, das nações e do proletariado em nosso país, e o convertendo em um instrumento para a luta internacionalista. ●



QUE O ATO DO DIA DA TERRA PALESTINA SEJA UM PASSO PARA ABRIR CAMINHO À LUTA DE CLASSES VISANDO IMPOR AOS GOVERNOS A RUPTURA DE TODOS OS ACORDOS ENTRE BRASIL E ISRAEL!

Massacres, apagamento do mapa de cidades inteiras e de seus habitantes, varrer com povoados e os meios de sobrevivência das famílias palestinas, expansão da limpeza étnica, pogroms organizados pelo Estado de Israel, são praticados pelo sionismo e o imperialismo visam a impor um controle colonial de povos e nações islâmicas. Milhares de lares e recursos agrícolas de famílias palestinas são destruídos, e centenas são golpeados e assassinados pelos pogroms de colonos sionistas. Foi aprovada a pena de morte aos prisioneiros palestinos que já sofrem de tortura e da violência terrorista do estado sionista. Cisjordânia está sendo convertida, como Gaza, em um gueto onde a limpeza étnica e roubo de terras se pratica com complicitades de quase todos os governos do mundo. É assim desde que em 1948 fora criado Israel como porta-aviões aos EUA para sua expansão monopolista e o roubo de recursos e terras.

O "Plano de Paz" é uma máscara farsesca para encobrir um diretório de um conglomerado da grande burguesia (árabe, sionista e imperialista) para fazer negócios imobiliários e explorar recursos à custa do holocausto palestino. A guerra com Irã e a invasão do sul do Líbano são parte desse "Plano de Paz" que abre caminho à "Grande Israel" por meio das guerras, do genocídio e do extermínio. A aniquilação de palestinos e libaneses vão da mão da guerra da gangue imperialista-sionista para destroçar o Irã.

Com a exceção da resistência palestina, do Hezbollah, das Forças de Mobilização Popular (FMP) no Iraque, dos Houthis no Iêmen e do regime e das massas do Irã, não há nenhuma força ou governo árabe disposto a frear e combater a ofensiva que não poupará ninguém se os EUA-Israel derrotarem essas forças da luta anti-imperialista e antissionista. Causa ódio e revolta ver como a vida e o sangue dos povos são moeda de troca para os capitalistas lucrarem nas bolsas de valores e possuir territórios e recursos. Causa profunda repulsa ver a ANP e os governos árabes servirem ao holocausto palestino. Mesma repulsa que deveria causar diante dos governos, direções políticas ou sindicais e estudantis em nosso país que se negam a dar passos efetivos na ruptura dos acordos existentes com sionistas.

Em meio ao um genocídio não há como ficar acima do muro: ou se faz tudo para derrotar o sionismo e imperialismo, ou se é cúmplice desses atroz assassinos. Somente é possível assistir ao vivo como se trucidam povos, se roubam terras e recursos porque existe uma complicitade objetiva dos governos que colaboram com armas, petróleo, acordos etc. para que essa maquinaria assassina siga funcionando. E não é diferente com os governos burgueses no Brasil, ali incluído o governo de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin, permitindo que das jazidas de nosso país flua o petróleo para Israel, que a embaixada e organizações sionistas façam campanha para normalizar o genocídio e perseguir

ativistas pró-palestina, e que empresas e indústrias nacionais vinculadas ao sionismo continuem lucrando.

Os sindicatos e centrais devem imediatamente organizar a luta nacional para impôr a Lula, todos os governos estaduais e a burguesia nacional que rompam os acordos entre nosso país com Israel e também os EUA. O problema é que estas direções se recusam a cumprir esta tarefa. Importam-se mais com as eleições burguesas que com a vida dos povos sob ameaça de genocídio, se transformando objetivamente em cúmplices do genocídio e das escaramuças do imperialismo. É rompendo com essa paralisia e organizando as bases para a luta, rejeitando o eleitoralismo, que daremos um passo para impor a ruptura das relações do Brasil com Israel por meio da luta de classes. Deve-se chamar e organizar as greves para bloquear o envio e importações de mercadorias de Israel e os EUA, para fechar portos e aeroportos para que nenhum soldado sionista entre em nosso país como turista ou a negócios, para organizar boicote ativo a comerciantes e empresas nacionais que lucram com sionistas etc. As direções burocratizadas devem ser superadas e construir uma oposição revolucionária para recuperar os sindicatos para a luta internacionalista e a solidariedade com todos os povos e nações oprimidas.

O Dia da Terra Palestina hoje assume a dimensão de um Dia Mundial de luta dos povos e nações contra a ofensiva sionista e imperialista que visa roubar recursos, destroçar nações e impor a mais brutal opressão sobre o Oriente Médio. Demos um passo por esse caminho chamando a construir uma mobilização unitária das massas para estrangular indústrias, recursos financeiros e comerciais dos EUA e Israel! Chamemos às massas exploradas a travar uma guerra civil contra a burguesia e governos cúmplices do genocídio até que rompam seus laços e acordos com Israel e os EUA!

É derrotando a gangue genocida é que se abrirão as portas à autodeterminação das nações e um caminho ao proletariado para avançar na luta pela revolução social sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio. Uma Palestina e um Oriente Médio verdadeiramente livres somente serão possíveis destruindo o Estado de Israel e aterrando, junto deste, o imperialismo! ●

Impor aos governos romper as relações com Israel e os EUA com a luta de classes! Defesa incondicional do Irã, do Hezbollah, Hamas, Jihad Islâmica e todas as forças que encarnam a luta pela autodeterminação nacional! Organizar a Frente Única Anti-imperialista para derrotar os sionistas e imperialistas! Destruir o Estado de Israel e construir sobre seus cimentos uma Palestina socialista, livre do rio ao mar!

8 de março tomado pela chuva e o eleitoralismo burguês

O ato de 8 de março contou com a presença massiva de milhares de mulheres de sindicatos, movimentos sociais, correntes e partidos políticos apesar da forte chuva. Isto se deveu à intensa campanha dos sindicatos e movimentos para garantir a presença massiva nas ruas, bem diferente do ano passado. E por quê? Fundamentalmente, pelo objetivo de transformar os atos em tribunas eleitorais que prometem melhorar a vida das mulheres se elas votam em Lula e nos candidatos da frente ampla.

A esse objetivo serve a estrutura e conteúdo dos atos que se repete a cada ano de eleições, descaracterizando e esvaziando cada vez mais o conteúdo classista dos 8 de março. Isso explica a di-

visão do ato em duas partes: a) uma primeira culturalista (poesias, canções, jogral etc.) e b) outra parte reservada às falas políticas – às vezes se intercalam uma e outra. Os “eventos artísticos” procuram atrair manifestantes não pelo conteúdo político, e sim pelos “shows” e intervenções artísticas. Como tem sido ainda costume ainda em atos anteriores, primeiro falam as organizações de mulheres para depois seguir deputadas/os e vereadoras /es, sindicatos e, por último, partidos e correntes políticas. Essa estrutura garante aos movimentos e correntes da base de apoio de Lula virtual monopólio das falas e do conteúdo do ato. Eis porque começam falando legisladoras e legisladores que praticam a conciliação

de classes, submetem greves às negociatas e aos projetos parlamentares, e são subordinados (em maior ou menor medida) ao governo de frente ampla burguesa e, sobretudo, aos objetivos eleitorais do PT e Lula.

A cada ano de eleições essa estrutura dos atos se reforça. As reivindicações mais sentidas e urgentes das massas, quando colocadas, são subordinadas aos objetivos eleitorais e parlamentares. Nunca se defende que é necessário impô-las com a ação direta e com independência política do governo de plantão. Por isso, priorizam-se os discursos que levam falsamente a acreditar que votar em Lula levará a defender direitos e conquistar novas reivindicações. Lula está governado pela terceira vez e a situa-

ção de vida e trabalhista das mulheres piorou. As contrarreformas, privatizações e ataques aos direitos que seu governo realiza afunda na miséria, pobreza e na violência às mulheres pobres e miseráveis. Está aí o produto histórico de priorizar o eleitoralismo burguês por cima da luta de massas pelas reivindicações.

O reformismo e os centristas têm servido à burguesia para rebaixar, distorcer e apagar o conteúdo do 8 de março que as operárias lhe deram em luta contra o capital. A tarefa histórica da recuperação do dia das mulheres trabalhadoras como um movimento de luta de classes será feita pela vanguarda organizada sob a estratégia proletária, o transformando em um dia de luta classista e revolucionária. ●

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@
proton.me
csm.roraima@gmail.com
08 de março de 2026 / n° 99



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO

Manifesto do PPRI

RECUPERAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER TRABALHADORA COMO UM DIA DA LUTA CLASSISTA, EM DEFESA DOS EMPREGOS, SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE VIDA

É preciso romper com as festividades e culturalismo do 08 de março, voltando a erguer as bandeiras da luta pelo socialismo!

O dia internacional da mulher foi forjado a partir da luta de classes, ligado aos movimentos operários do século XX e seu combate à opressão de classe, e à passeata de mulheres em 8 de março de 1917 na Rússia em protesto contra a carestia, o desemprego e a deterioração geral das condições de vida que assolavam as massas exploradas, sobretudo as mulheres,

que sofrem as violentas manifestações da opressão de classe desde a primeira divisão social do trabalho, há muitos séculos. No Brasil, o desemprego entre as mulheres é 44% maior se comparado aos homens, segundo o IBGE (2025). Este dado escancara desigualdades importantes, pois as mulheres continuam enfrentando barreiras adicionais para acessar e se manter no mercado de trabalho. A

dupla jornada de trabalho, que inclui as atribuições dos serviços domésticos não remunerados (como cuidar dos filhos), mantém-se como um dos elementos decisivos para jogar uma parcela considerável de mulheres no desemprego. Assim, se veem obrigadas a trabalhar na informalidade, no subemprego, para manutenção básica de sua subsistência e de sua família. Quando estão em empregos formais, as

//
•••

A política proletária levanta as reivindicações mais sentidas pelas massas femininas oprimidas para uni-las aos homens de sua classe num movimento assentado na luta de classes, na democracia operária, na independência de classe, parte da luta dos explorados contra os exploradores e seus governos.

→ mulheres recebem 21% a menos do que os homens, em média. A diferença salta para 33,5% se compararmos mulheres negras com homens brancos.

Outro elemento de extrema relevância para a condição de vida das mulheres é o aumento da violência contra elas. Os dados revelam que, por dia, 12 mulheres sofrem algum tipo de violência, sendo a mais frequente a tentativa de feminicídio e agressão (33,56%), em seguida algum tipo de violência sexual/estupro (17,94%), seguido pelo feminicídio (10,19%) e homicídio (8,42%). Mais da metade das vítimas de violência sexual ou estupro tem 17 anos ou menos (56,5%), como ocorrido no dia 31 de janeiro, em Copacabana, quando 4 homens entre 18 e 19 anos emboscaram e estupraram coletivamente a ex-namorada de 17 anos de um deles. Este episódio não foi isolado, pois em mais de 80% dos casos de agressão e tentativa de feminicídio, os agressores são parceiros ou ex-parceiros das vítimas (dados do IPEA), enquanto em 84,7% dos casos de estupro, o violentador é um familiar ou conhecido. Já dados da ONU apontam que 60% dos feminicídios do mundo são praticados por familiar ou parceiro íntimo.

Os casos de feminicídio se destacam entre as demais formas de violência pelo seu crescimento expressivo nos últimos anos. Em 2025, 1.568 mulheres foram assassinadas por serem mulheres (o que diferencia o feminicídio do homicídio), ou seja, porque seus corpos sofrem da violência do homem que trata suas vidas e seus destinos como de sua propriedade. Este é o maior número desde 2015, o mesmo ano que a então presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.104/2015, que incluiu o feminicídio no código penal brasileiro como, aumentando a pena de homicídio em 1/3; e mais de um ano depois de sancionada a Lei 14.994/2024, conhecida como "Pacote Antifeminicídio". Assim como a lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) tentou coibir a violência doméstica, as alterações do Código Penal se mostraram ineficazes na realidade das mulheres, haja

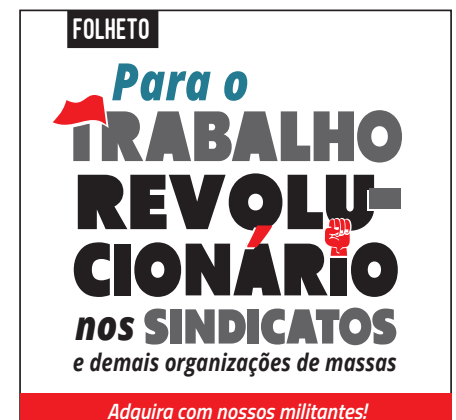
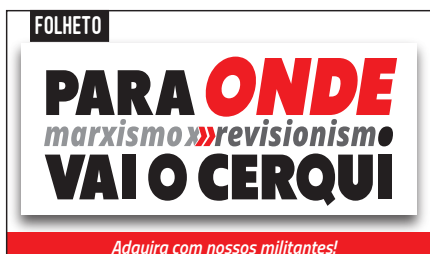
vista a crescente violência contra as mulheres.

Enquanto isso, a submissão e subjugação da mulher ao homem está em plena ascensão. De um lado, como resultado do obscurantismo religioso e ideológico imposto por meio das igrejas e de outras ferramentas da classe dominante. Por outro, pelo avanço no seio da política burguesa que coloca as mulheres como inferiores e destinadas, fundamentalmente, ao serviço doméstico e cuidados dos filhos. As correntes reformistas, centristas e estalinistas chamam a votar em candidatos e governos que, quando eleitos, são impotentes para aprovar a implementação de creches públicas estatais; comedores e lavanderias estatais; a igual trabalho, igual salário; direito ao aborto seguro e gratuito garantido pelo estado etc. e, desse modo, garantir urgentemente as condições de vida e trabalho dignas às mulheres exploradas. Recuaram, e até mesmo retrocederam, na defesa dessas pautas, com ainda mais força diante do pleito eleitoral de 2026. Assim, os partidos de direita e ultradireita avançam em difundir a ideologia reacionária e obscurantista..

A discriminação salarial e política, a violência sexual, a superexploração do trabalho com menor remuneração, a escravatura do lar, os assassinatos, as imposições das igrejas, a crescente naturalização social dos estupros, enfim, todas as chagas da barbárie social capitalista que recai sobre as mulheres, entre diversos outros direitos negados e manifestações da opressão com raízes nas sociedades divididas em classes sociais, demonstram que as festividades, as rodas de conversas, os atos simbólicos, as leis burguesas e as atividades distracionistas e movimentos

corporativistas nada mais fazem que ludibriar às mulheres oprimidas com promessas que nunca se cumprem enquanto existir o capitalismo. Portanto, são um desvio na luta das mulheres pela sua emancipação junto aos homens de sua classe. A libertação da mulher explorada e oprimida da discriminação, da violência e da opressão reside na luta coletiva, rejeitando o eleitoralismo e da colaboração com a burguesia.

As mulheres, e demais oprimidos, em unidade e com a mais ampla democracia operária, só avançarão com suas reivindicações próprias na luta de classes contra a burguesia e com os métodos próprios do proletariado. A política proletária levanta as reivindicações mais sentidas pelas massas femininas oprimidas para uni-las aos homens de sua classe num movimento assentado na luta de classes, na democracia operária, na independência de classe, parte da luta dos explorados contra os exploradores e seus governos. Para conquistar a igualdade e a livre participação da mulher em todas as esferas da vida social, econômica e política, devemos acabar com as classes e a grande propriedade privada dos meios de produção. Mas, não basta apenas a revolução proletária para sanar do dia para a noite as opressões da sociedade de classes e suas consequências, mas ela é a base fundamental sobre a qual se poderá eliminar definitivamente toda forma de opressão, que são manifestações da opressão de uma classe contra outra, na transição ao socialismo. ●





1 de abril de 1964

62 anos do golpe militar no Brasil¹

Após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, assumiu João Goulart (Jango), até então vice-presidente. No dia 13 de março de 1964, é realizado no Rio de Janeiro o Comício da Central do Brasil, com 300 mil pessoas, no qual “Jango” decreta a desapropriação de terras nas margens das rodovias e ferrovias federais, com indenização, e a nacionalização das refinarias de petróleo privadas. Leonel Brizola, seu cunhado, defendeu o fechamento do Congresso e a convocatória a uma Assembleia Nacional Constituinte de “camponeses, operários, muitos sargentos e oficiais nacionalistas”.

As medidas típicas do nacionalismo-burguês de Jango logo entraram em choque com os interesses das oligarquias regionais, dos latifundiários e do imperialismo. O apoio popular ao governo assombrava o imperialismo, que temia uma nova revolução cubana, já que os EUA denunciavam violentamente a possibilidade de o Brasil vir a se constituir em uma nova “ditadura comunista”, como na ilha do Caribe.

Sob pressão e cobertura da embaixada e da frota dos EUA, as oligarquias e a burguesia conspiraram junto de generais para viabilizar o golpe militar. Uma viagem de “Jango” ao Uruguai foi utilizada pelo Congresso para declarar a “vacância” da presidência. Assume o poder, em 31 de março de 1964, uma “Junta Militar”, sob a presidência de Castelo Branco. Jango se exilou na Argentina, onde morreria.

As primeiras medidas da ditadura militar foram revogar as medidas nacionalistas, frear a entrega de terras e abrir caminho a uma maior penetração do imperialismo nos ramos fundamentais da economia. Foi realizada uma brutal ofensiva contra a classe operária, os camponeses, estudantes e militantes. Direitos trabalhistas foram destruídos e se agravou

a superexploração assalariada. As Ligas Camponesas foram perseguidas e suas lideranças e ativistas assassinadas. As universidades foram submetidas à intervenção. Direitos políticos e democráticos foram suspensos. A partir de 1968, houve um brutal endurecimento dos métodos do terrorismo de Estado, com fechamento do parlamento, invasão de universidades, prisões em larga escala, torturas e assassinatos. Estava em andamento a “Operação Condor”, que reunia a ação militar e inteligência das ditaduras militares latino-americanas para perseguir, prender ou assassinar militantes e políticos em qualquer país onde se achassem.

As medidas econômicas da ditadura indicaram o conteúdo de classe e objetivo político da ditadura: subordinar o país aos monopólios e aprofundar seu caráter semicolonial. Sob o período de regência militar de Ernesto Geisel, a ditadura assume uma política ativa de desenvolvimento industrial em setores chave da economia que, nos fatos, preparava a maciça penetração do capital financeiro. Após o crescimento do início da década de 1970, a crise espalhou-se pelo Brasil, e impulsionou a reorganização do movimento operário, camponês e estudantil, que se projetou nacionalmente, com greves radicalizadas no final da década de 1970, levantando as reivindicações imediatas (contra o arrocho, em defesa do emprego, etc.) e políticas (defesa das liberdades democráticas e pelo fim da ditadura).

Abria-se um período de crise da ditadura militar, cujo último ditador, João Baptista de Figueiredo, abriria o caminho à transição para a democracia formal burguesa, refletindo a mudança operada no seio da burguesia mundial, que se inclinava para a redemocratização visando consolidar a subordinação do país a seus ditames,

em face da profunda crise econômica e política da ditadura e as manifestações massivas de descontentamento. A denominada “reabertura democrática” operou sob controle do imperialismo e da burguesia nacional. As eleições estaduais diretas de 1982 mostraram o esgotamento político da ditadura, dando a vitória aos opositores. Em 1984, aconteceu o movimento “Diretas Já”, que demonstrou a irrupção de um movimento operário e popular que ameaçava os planos imperialistas. O congresso biônico, controlado pela ditadura e o imperialismo, encerrou o caminho das eleições diretas, e coube ao Colégio eleitoral escolher Tancredo Neves e o vice que assumiria, José Sarney. Em meio à crise da ditadura, se abre passagem ao movimento operário que levou à formação do PT.

Nestes 62 anos do Golpe Militar está ainda colocada a tarefa de denunciar e combater a estrutura econômica, social e política que essa ergueu e ainda está em pé, a exemplo da PM que continua sua função de massacrar o povo pobre da periferia e os movimentos sociais ao serviço da grande burguesia. A redemocratização mudou a forma, mas não o conteúdo da ditadura dos capitalistas. A aventura golpista de 8 de janeiro de 2023 e o golpe de estado contra Dilma Rousseff, em 2016, demonstram que a democracia burguesa e ditadura são instrumentos de uma mesma classe. Somente a mobilização revolucionária do proletariado e demais oprimidos sob o programa da estratégia da revolução e ditadura proletária punirá finalmente aos torturadores e genocidas e seus amos, a grande burguesia, e vingará a todas e todos as/os que tomaram na luta pela libertação das massas da opressão social e nacional. ●

1. Redigido e atualizado sobre a base da nota publicada no jornal OI nº 15, de abril de 2024.

UM MÊS DE GUERRA DO IMPERIALISMO-SIONISMO CONTRA O IRÃ

Cumpriram-se 40 dias da guerra declarada pelos EUA e Israel contra o Irã. No momento em que fechamos o Editorial Internacional, Trump anunciou que não realizará ataques por duas semanas contra o Irã visando alcançar um acordo. O Irã disse estar disposto a iniciar conversações, mas é evidente que não confia nos EUA. Levará à mesa de negociações que sejam aprovadas garantias que não haverá mais ataques e se estabelecerá um mecanismo de reparações de guerra, incluindo no acordo o Líbano, o Iêmen e a Palestina Ocupada nas decisões. Sabemos que a trégua será temporária e servirá para o rearme e preparação de novos choques. Os EUA não têm como frearem seu declínio e retrocesso mundial sem reorganizar o mundo à força de acordo aos interesses monopolistas que ditam sua política exterior. Tampouco Israel tem como impor a “Grande Israel” sem cumprir seu objetivo de destruir o Irã. Os 10 pontos propostos pelo Irã foram aceitos como base nas negociações pelos EUA. Trata-se de uma batalha em que o Irã sai vitorioso. A gangue imperialista-sionista não convencerá ninguém de que seu recuo seja uma “vitória”. As massas vão festejar este desfecho conjuntural, mas devem estar atentas porque a palavra dos genocidas não vale nada, e se prepararem para intervir em defesa do Irã.

No editorial de O Internacionalista de mês passado (OI nº 37, março de 2026) avaliávamos quais as condições para o Irã resistir os ataques da gangue imperialista-sionista. Passado um mês de ataques e bombardeios, o regime iraniano não deu sinais de qualquer desejo de negociar um cessar-fogo nos termos e condições impostos pelos seus inimigos. Certamente, não se deve menosprezar os graves danos causados à infraestrutura civil iraniana e ao país. Mas, já ficou claro que resiste aos ataques e revida com constantes golpes aos

territórios da Palestina ocupada, às bases norte-americanas e aos países do Golfo que se mostraram cães serviais do imperialismo. A medida mais efetiva do Irã para resistir à ofensiva e impor um recuo (derrota parcial) aos EUA foi o fechamento do Estreito de Hormuz e os ataques à infraestrutura de extração de petróleo e gás natural nas monarquias rentistas pró-imperialistas do Golfo, atingindo 20% do comércio de petróleo. Ficou demonstrado que o imperialismo norte-americano, ao subestimar as capacidades bélicas e políticas que o Irã tem de estar em uma guerra totalmente assimétrica, não seria capaz de alcançar seus objetivos estratégicos de continuar sobre a mesma lógica militar, quais sejam, derubar o regime nacionalista-burguês de formas teocráticas e, desse modo, impor no país um governo títere dos Estados Unidos e, desse modo, destruir a última barreira para o controle do Oriente Médio, com o objetivo estratégico de cercar a China.

Surpreendeu aos analistas que com as táticas militares adequadas, mais eficazes e baratas, a exemplo da produção em larga escala de drones e mísseis baratos, além do já citado bloqueio marítimo, o Irã está deixando esta guerra muito cara para os Estados Unidos (cerca de 1 bilhão de dólares por dia), afetando as condições de vida das massas do mundo todo e, especialmente, atingindo os interesses das massas norte-americanas. O objetivo era criar um caos econômico que golpeie a mesma base social de apoio do governo de Trump e aprofunde sua crise política. Quanto a Israel, apesar da censura, sabe-se que está sendo demolida parte de suas cidades, indústrias e estruturas críticas. Passado um mês de guerra, nada indica que há uma saída que preserve o imperialismo e o sionismo de uma derrota estratégica. O que agravará as tendências de tentar resolver o impasse recorrendo a uma destruição maciça do Irã.

Cada vez mais fica claro que a fração da burguesia norte-americana está diretamente associada à estrutura política e burocrática do estado norte-americano (pág. 19) embarcou nesta aventura visando tomar posse de enormes recursos naturais e impor, como é planejado por mais de cinco décadas, uma reorganização do Oriente Médio acorde aos interesses imperialistas. A destruição do Irã seria mais um elo no processo de destruição de forças produtivas e reorganização das fronteiras nacionais que está na base do expansionismo imperialista esgotada a divisão do mundo herdada do pós-Segunda Guerra Mundial. Todavia, o Irã é uma peça chave no objetivo de cercar China e Rússia, criando as condições econômicas, geográficas e militares para um desenvolvimento de um conflito bélico contra os dois Estados Operários degenerados que são a última etapa para a ser conquistada a “pax imperialista” que nada mais significaria que afundar na barbárie social, na miséria e na desagregação ao mundo inteiro em função dos interesses e lucros monopolistas. Por isso, é necessário interpretar o que se passa neste momento como um prólogo de uma mais ampla e decisiva conflagração mundial.

É necessário ainda compreender que o projeto da “Grande Israel”, que impulsiona o colonialismo e genocídio desfechado pelo sionismo no Oriente Médio é parte dos

continua →

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA

“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquira com nossos militantes!

O inimigo principal do proletariado e demais oprimidos é a burguesia imperialista e seus lacaios, a exemplo de Israel. Mas, também são as burguesias nacionais que se subordinam ao imperialismo e arrastam as massas em cada país à barbárie social da guerra em escala mundial, à destruição das condições de vida das massas e a violenta opressão nacional sobre as semicolônias e as nações oprimidas. (...) não se trata de defender a democracia burguesa e suas instituições – essas mesmas que nos trouxeram ao estágio onde estamos hoje – mas de combater a barbárie imperialista e burguesa, mostrando às massas que a única saída é através da luta de classes. —

objetivos imperialistas. Israel é um porta-aviões dos EUA na região, mas isso não significa desconhecer que a burguesia sionista sediada em Israel e as classes e camadas de classe que adotaram o sionismo, não tem interesses próprios que não poucas vezes colidem com os objetivos de seu amo. Os sionistas precisam manter a guerra à qualquer custo. Os ataques ao Líbano, ocupando boa parte do sul do país e expulsando os habitantes de 800 mil casas e destruindo-as, impedindo que seus moradores voltem, são métodos de genocídio e colonialismo que estão na base dos objetivos imperialistas ao criar o estado artificial de Israel. Os ataques de colonos na Cisjordânia ocupada se recrudesceram ainda mais contra os palestinos. Ora, se bem Israel sem os EUA não conseguiria sequer existir, a fração da burguesia sionista que compõe parte essencial da burguesia imperialista atrelou a existência de Israel a seus lucros e objetivos econômicos. Por isso, sem importar qual seja a linha de ação e decisões militares de Israel, os EUA os apoiam sem se importar com qualquer direito internacional e nem limites morais das “leis da guerra” burguesas.

O que importa aos explorados do Oriente Médio não é somente traçar o objetivo de destruir Israel e expulsar o imperialismo, como compre-

ender que foi destruído o mito da invencibilidade de Israel. Hezbollah e o Irã demonstraram que é possível combater e frear Israel (e até o imperialismo) desde que a resistência e as massas se unificarem para cumprir o objetivo comum de derrotar a gangue imperialista-sionista. O que importa à vanguarda com consciência de classe é entender a lei mais geral que determina o curso da guerra no Irã e que se projeta, inevitavelmente, contra os Estados Operários degenerados: a impossibilidade do capitalismo em sua fase monopolista e final, a imperialista, sobreviver a si mesmo sem ampliar e agravar a opressão social e nacional. A guerra tornou-se meio econômico do imperialismo quando sua economia decompõe e as forças produtivas desenvolvidas sob o envoltório da propriedade privada monopolista se chocam com as fronteiras nacionais que albergam as forças produtivas desenvolvidas sobre a base da propriedade nacionalizada pelas revoluções proletárias. Ao mesmo tempo que essas condições capitalistas exigem passar por cima e derrubar qualquer fronteira ou qualquer nação oprimida que entrança o expansionismo monopolista. Eis como a luta das nações oprimidas pela sua autodeterminação se ligam indissolúvelmente à luta do proletariado pela defesa de suas conquistas

históricas, unindo a luta anti-imperialista à anticapitalista.

O inimigo principal do proletariado e demais oprimidos é a burguesia imperialista e seus lacaios, a exemplo de Israel. Mas, também são as burguesias nacionais que se subordinam ao imperialismo e arrastam as massas em cada país à barbárie social da guerra em escala mundial, à destruição das condições de vida das massas e a violenta opressão nacional sobre as semicolônias e as nações oprimidas. Justamente por isso não se trata de defender a democracia burguesa e suas instituições – essas mesmas que nos trouxeram ao estágio onde estamos hoje – mas de combater a barbárie imperialista e burguesa, mostrando às massas que a única saída é através da luta de classes.

A experiência da guerra da OTAN e o imperialismo contra Rússia, usando a Ucrânia de bucha de canhão, ensina que o imperialismo não se importa com acordos e nem com normas do direito. Sobretudo, quando seu objetivo é tomar posse do controle do Oriente Médio e varrer com qualquer governo ou não que entrança seus objetivos e interesses econômicos. Ainda havendo cessar-fogo, não passará de uma trégua até um novo conflito bélico. A verdadeira paz no Oriente Médio depende da destruição de Israel, da expulsão do imperialismo e de que a luta revolucionária das massas se projete para a revolução social. ●

FOLHETO

Pontos para uma
Resolução
Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais
do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO

A luta pela
INDEPENDÊNCIA
DE CLASSE
NOS SINDICATOS DE PROFESSORES
estaduais e municipais

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO

Choques entre Estados
IMPERIALISTAS
e OPERÁRIOS

Novembro de 2023

PARA ONDE CAMINHA O GOVERNO TRUMP?

A guerra contra o Irã está refletindo-se nos EUA como aumento exponencial dos combustíveis, nos custos de fretes e seguros, bem como de matérias-primas de inúmeros processos produtivos (hélio, alumínio etc.). Sobretudo, se refletirão no segundo semestre como aumento exponencial dos preços de produtos e bens de consumo massivo. A redução drástica e destruição das condições de produção para extração e refino de petróleo impactará por sua vez em inúmeros processos produtivos, especialmente fertilizantes, que terão imediatas consequências nos preços de produtos agrícolas.

Observa-se ainda uma corrida dos governos e estados para retirar suas reservas depositadas nos EUA e venda de títulos da dívida em dezenas de bilhões de dólares, produto da guerra contra o Irã. Isso pressionará sobre o déficit que já chegou na casa de US\$ 1,24 trilhão: um saldo negativo de 32,6% em transação de bens e serviços (dezembro de 2024/dezembro de 2025). Longe de diminuir as importações e aumentar a produção nacional para exportação, as tarifas arbitrárias apenas serviram a uma transferência de mais-valia criada em outros países para o estado norte-americano, mas não para setores dos capitalistas industriais que viram aumentar seus custos e preços de produção ao internalizar o aumento das taxações à produção de bens no país. As importações de bens subiram 3,8%: US\$ 280,2 bilhões impulsionadas pelo aumento de US\$ 7 bilhões em suprimentos e materiais industriais. As promessas de “re-industrializar o país” dificilmente vingarão, embora fatores mundiais possam ajudar ao deslocamento de parcela de forças produtivas desde Europa para EUA (pag. X).

ECONOMIA NACIONAL EM FRANGALHOS ACELERA AS TENDÊNCIAS DA CRISE POLÍTICA

Isto acontece em meio a uma tendência histórica de desindustrialização e de “financeirização” da economia estadunidense. O crescimento econômico mais recente se explica, em grande parte, não apenas pela apropriação de mais-valia produzida fora do país por

imposição de tarifas, mas também de investimentos de capital-dinheiro em IA e em equipamento bélico que não se reverte - ao menos não imediatamente - em produção de mais-valia ou riqueza social. Neste caso particular, nos referimos a uma transferência de capital do setor público e dos assalariados para o capital privado, sobretudo, via corte orçamentário dos serviços públicos.



(...) poder-se-ia caracterizar a **política econômica atualmente nos EUA como regida pela aplicação de mecanismos de “capitalismo de Estado”, na que o estado regula e intervém no funcionamento da economia de setores produtivos associados à indústria de guerra,** garantindo com sua intervenção não apenas os lucros de uma gangue capitalista e monopolista plenamente integrada à estrutura do Estado, como fundamentalmente o financiamento de seu funcionamento.

Quando falamos de “financeirização” não nos referimos a uma fase particular e distinta do capitalismo, e sim a uma tendência de ruptura entre a realização de lucros do capital financeiro em relação à produção industrial. Ou seja, a uma mudança na forma da fusão entre capital financeiro e industrial, ao não reinvestimento em capital constante (meios de produção) que modifique a composição do capital (maior capital constante e menor variável), enquanto se recorre (quase que exclusivamente) à maior exploração da mão-de-obra assalariada e ao parasitismo sobre o Estado. De forma que “A alta inflacionária não é produzida, logo, por uma demanda imediata, mas por uma maior dependência entre os Estados nacionais, mesmo os imperia-

listas”. Falamos, então, de uma fase de completa decomposição da burguesia em que o capital-dinheiro e capital de crédito que não modifica a “*composição orgânica do capital*” e nem recorre à “*ampliação do capital constante, dos meios de produção*”, encurtando os ciclos das crises econômicas locais e a crise capitalista (“Pontos sobre a situação econômica dos EUA”, OI nº 2, março de 2026).

MECANISMOS DE ‘CAPITALISMO DE ESTADO’. MILITARISMO E CENTRALIZAÇÃO AUTORITÁRIA

Soma-se aos aspectos colocados acima a espiral inflacionária como resultado direto da guerra. O que aprofunda a crise ao aumentar os preços de produtos de consumo popular e produtivo nos EUA, reforçando a via parasitária que detalhamos de forma sintética anteriormente. Nesse sentido, poder-se-ia caracterizar a política econômica atualmente nos EUA como regida pela aplicação de mecanismos de “capitalismo de Estado”, na que o estado regula e intervém no funcionamento da economia de setores produtivos associados à indústria de guerra, garantindo com sua intervenção não apenas os lucros de uma gangue capitalista e monopolista plenamente integrada à estrutura do Estado, como fundamentalmente o financiamento de seu funcionamento. Nesse sentido, existe uma intervenção estatal na livre “circulação” e “distribuição” de capitais entre setores produtivos que ao invés de “regulados” pela ação do livre mercado são determinados centralizadamente desde o governo e o Estado. Esses mecanismos políticos decorrem da fusão dos monopólios na política econômica do Estado. É que se observa com o aumento das guerras declaradas por Trump e suas intervenções militares que lubrificam essas relações. As ações do Estado criam as condições materiais para uma fração capitalista lucrar aumentando os meios de vigilância e destruição. Em outras palavras: a centralização autoritária das instituições e o terrorismo interno e externo são intrínsecos a esses “negócios”.

Esse processo não acontece, é claro, em uma linha reta. Po-

→ rém, a consolidação da estrutura e relações econômico-institucionais acima descritas, condicionam as tarefas e medidas políticas que deve realizar o Estado imperialista para consolidar esse “capitalismo de estado” constituído sobre bases econômicas parasitárias, que se estendem pelo mundo inteiro. Como afirmava Trotsky (“Bonapartismo, Fascismo e Guerra”, 20 de agosto de 1940), o imperialismo procura resolver suas contradições por meio da extensão ou modificação das fronteiras nacionais, conquistando territórios etc. Na situação de aberta decomposição, pode tender a erguer um “estado totalitário” visando subordinar todos os aspetos “da vida econômica, política e cultural ao capital financeiro” objetivando que o fortalecimento da intervenção ditatorial do Estado na vida civil e econômica imponha um “império imperialista, o domínio dos continentes [a exemplo de toda América, N.E.], o domínio do mundo inteiro”.

AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE OUTUBRO PODEM Atingir OS OBJETIVOS DE TRUMP

No sábado 28/03, gigantescas manifestações por todo o país, protestaram contra a guerra contra o Irã e a política de militarização de cidades e aeroportos de Trump. Um setor da mídia norte-americana chamou-as das maiores registradas na história do país: mais de 8 milhões em mais de 3,3 mil cidades. Não apenas se trata de uma continuação das manifestações de outubro do ano passado sob o mesmo lema “Nenhum Rei” (“No Kings”) que protestavam contra as ações terroristas do ICE (Serviço de Imigração e Alfândega), agora se estende a uma revolta contra uma guerra rejeitada por mais de 65% da população, que torna-se uma revolta contra o aumento dos preços e rebaixamento das condições de vida que vem se alastrando por décadas, dando um salto à frente com a inflação dos preços que afetam inúmeras cadeias de produção rebaixando o poder de compra e condições de vida.

Não há como ocultar que a guerra tarifária e intervenções bélicas vem desestabilizando as relações entre as classes. O quadro de conflitos se manterá durante este ano e se refletirá nas eleições legislativas de outubro. Existe o perigo de Trump perder a maioria no

Congresso. Que, evidentemente, poderão ser capitalizadas politicamente por democratas e até republicanos que se afastaram de Trump. Caso essa situação se concretize, os massivos protestos ficarão como base de manobras dos partidos da ordem burguesa imperialista, deixando em pé o regime e suas bases, que são a causa profunda da crise.

O movimento MAGA é ciente desse perigo, o que o empurra a extremar sua posição centralizadora e autoritária. Um passo foi dado para restringir o voto em estados democratas, reduzir ou impedir o voto por correio, modificar colégios eleitorais e até modificar legislações para garantir uma maioria republicana artificial. Se vingarem ou forem apoiadas pela maioria no Congresso, essas medidas constituirão um claro um golpe contra os procedimentos seculares da democracia burguesa norte-americana e modificará as relações políticas por métodos antidemocráticos. Se bem é pouco provável um golpe anulando as eleições (isso significaria agravar as contradições sociais e abrir caminho à luta de classes), isto se deve ao fato de que não existe uma fratura no funcionamento das instituições. O Congresso tem sido uma caixa de ressonância das ordens ditadas pelo poder executivo. Deputados e senadores são ainda peças do lobby empresarial que determina e condiciona a política legislativa, o que conjunturalmente fecha a trilha para a formação de um governo tipicamente bonapartista.

AS CONDIÇÕES EXTERNAS AGRAVAM O CURSO DA CRISE POLÍTICA INTERNA AOS EUA

A guerra declarada pelos EUA e Israel contra o Irã destruiu os alicerces das relações políticas e econômicas mundiais e arrastou os países para uma guerra em escala mundial. O choque fundamental se dá entre os países imperialistas e aliados contra os estados operários degenerados e aliados. A guerra da OTAN contra a Rússia na Ucrânia e, agora, a guerra contra o Irã, não apenas acelera a ruptura do equilíbrio instável nas relações políticas e estatais, como inicia uma nova etapa de imposição pela força militar de uma nova partilha do mundo. Mas, é impossível aos EUA impor essa redivisão sem acelerar, ao mesmo tempo, a mudança

do regime político interno. Para proceder a impor seus objetivos pela força militar em política exterior, deve esmagar qualquer perigo social, político e institucional que possa vir a entravar (ou minimamente a dificultar) os objetivos definidos pelos monopólios que tomaram diretamente em suas mãos (e por assalto) a direção política e econômica do estado norte-americano.

No O Internacionalista nº 33 de novembro de 2025 (“Para frear o avanço das tendências fascizantes de Trump, a classe operária terá que romper com o democratismo e avançar na luta de classes”) fizemos uma análise inicial de como essas tendências políticas para uma mudança de regime se manifestavam. A militarização das relações políticas internas e a constituição de um estado policial montado sobre medidas de segurança nacional, mostram como o percurso fascizante e militarista do governo Trump é a resposta da política e dos interesses burgueses ao retrocesso dos EUA perante a China. Esse processo tem raízes econômicas que mergulham até os anos de 1960 quando as forças produtivas e a economia industrial estadunidense começam seu declínio, que foi agravado e acelerado com a ascensão chinesa.

Esse prognóstico histórico temos desenvolvido e explicado desde a publicação do primeiro jornal O Internacionalista, em fevereiro de 2023 (recomendamos acessar os PDF nosso site, ppri4.org). Entretanto, fazemos aqui essa apertadíssima síntese para demonstrar que não se trata de uma eleição pessoal de Trump seguir uma política fascizante e militarista, mas sim ele mesmo é um vetor político do processo histórico, enquanto suas qualidades políticas e morais pessoais: Trump encarna uma força econômica histórica em decadência que se manifesta na superestrutura política do estado.

TRUMP: UM GOVERNO EM TRANSIÇÃO INACABADA AO BONAPARTISMO

A fusão dos capitalistas com o Estado para sustentar a acumulação de capital-dinheiro, ditando sua política externa e interna ao governo. Isso se observa em como as decisões de governo se refletem, diretamente, nos lucros da indústria militar, petrolífera e tecnológica - fundamentalmente. Isto se

→ passa impondo a outras frações maiores custos e perdas, como acontece com o setor de maquinaria, automotriz, produção agrícola etc. Como assinalamos no OI nº 33, “*O bonapartismo de Trump possui todos os elementos constitutivos “clássicos” de um produto da “profunda crise econômica, social e política”, que elevou ao comando do Estado a “frações da burguesia diretamente relacionada à burocracia estatal”, e cujo objetivo é “arbitrar e administrar os profundos choques entre classes e frações de classe ao redor da apropriação da mais-valia ... por meio da centralização autoritária”.*

É nas relações entre estado e sociedade civil que o estado policial e centralização ditatorial vem se reforçando para impor os objetivos traçados pela burocracia e os monopólios que tomaram por assalto o estado. A centralização política inclui também as frações da burguesia que estão em choque com a política econômica de Trump. Esse é o real objetivo da declaração de que o “principal inimigo interno” são os democratas. Ao apontar esse partido, Trump busca impedir que a pressão das massas venha se manifestar em frações da burguesia e nas instituições, agravando assim a crise política de seu governo.

Claro que uma possível evolução do governo Trump de sua atual fase semi-bonapartista para um bonapartista claramente definida, não está descartada. Entretanto, se a guerra contra o Irã terminar em derrota humilhante e não conseguir frear a erosão de seu governo em outubro, sendo ameaçado inclusive por um impeachment, essa “passagem” estará fechada. Poderá haver um retorno formal às formas de governo do passado mais recente, e até uma possível vitória democrata em 2028. Não obstante, continuarão presentes as condições que empurram Trump por esse caminho.

O ESSENCIAL A SER ASSIMILADO PELA VANGUARDA ANTI-IMPERIALISTA E ANTICAPITALISTA

Trump é o produto político de um processo histórico profundo. Sua força social reside nas “qualidades” de ele mesmo ser um parasita e de carecer de qualquer preconceito democrático para cumprir seu papel no comando de

Estado. Seus métodos são o resultado das contradições insolúveis do capitalismo norte-americano em meio a seu declínio como força econômica e militar mundial dominante. Sua força política pessoal reside em ser um instrumento grotesco dos interesses capitalistas quando se revela à luz do dia sua completa podridão como classe. Por isso não existe qualquer referência a supostos valores políticos e culturais, a teorias econômicas e sociais baseadas em qualquer fundamento científico e nem mesmo qualquer ornamento retórico do respeito dos direitos civis e à democracia liberal nos fundamentos das ações e medidas. Erguem-se no lugar as referências raciais mais rasas, o “excepcionalismo” dos EUA como o país escolhido por Deus vendido pelo evangelismo nacionalista-cristão, enfim, as explicações obscurantistas como medida de valor da política.

Essas “qualidades” do governo republicano surgem à superfície como expressão de um profundo processo econômico, social, político e cultural. Suas tendências fascizantes e bonapartistas, portanto, decorrem de seu papel na direção e administração de um estado nacional que se eleva acima de uma de uma estrutura econômica e social em decadência. Qualquer saída burguesa nesse marco poderá retardar por alguns meses as tendências de desagregação, mas inevitavelmente terá de assumir medidas semelhantes em todos os aspectos decisivos da política interior e exterior. Lembremos que Trump continuou as linhas mestras traçadas por todos os governos, pelo menos, desde Obama: aumento da beligerância contra China, instrumentalização do cerco militar da OTAN contra Rússia e do conflito bélico contra Rússia, aumento da opressão nacional sobre os países oprimidos, aplicação de políticas econômicas que aprofundam a “financeirização” da economia e projetam sua desindustrialização, aumento dos gastos militares e do intervencionismo (Afeganistão, Síria, Palestina, Irã etc.) etc.

Os métodos institucionais e da democracia formal estão em contradição com os interesses e objetivos das frações do grande capital que procuram garantir seus lucros com uma política agressiva e belicista. A pequena

burguesia agrária e urbana está sendo comprimida pela crise econômica, e votou em Trump que lhes prometeu preservar suas condições de existência, e agora os afunda ainda mais no desespero. A classe operária está desarticulada e dirigida por uma direção que não é capaz de erguer uma saída própria para a crise, a não ser recorrer aos mesmos métodos já completamente desgastados, ou à subordinação à grande burguesia e seus partidos da ordem.

///

...
Trump é o produto político de um processo histórico profundo. Sua força social reside nas “qualidades” de ele mesmo ser **um parasita e de carecer de qualquer preconceito democrático para cumprir seu papel no comando de Estado.** Seus métodos são o resultado das contradições insolúveis do capitalismo norte-americano em meio a seu declínio como força econômica e militar mundial dominante. **Sua força política pessoal reside em ser um instrumento grotesco dos interesses capitalistas quando se revela à luz do dia sua completa podridão como classe.** ■

Está aí porquê as tendências do governo Trump se desenvolvem no terreno mais favorável aos interesses da fração da burguesia imperialista que controlam o estado. Mas, existe uma possibilidade desse curso mudar em favor dos explorados e oprimidos norte-americanos, caso surja do seio da instintiva revolta das massas uma vanguarda capaz de levantar um programa revolucionário que mobilize os proletários, assalariados, estudantes, pequena burguesia arruinada e juventude oprimida contra a burguesia, criando condições para a derrubada de Trump com os métodos da luta de classes. ●

Mudanças no regime chavista preparam sua capitulação

Delcy Rodríguez remove de cargos de decisão a grande parte do “núcleo duro” do chavismo. O nacionalismo-burguês se decompõe e se mostra impotente. Somente um partido revolucionário dirigindo o proletariado venezuelano será capaz de libertar completamente à nação oprimida.

Em 4 de abril, cumpriram-se três meses desde o sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e da deputada Cília Flores, e na medida em que os dias se passam começa a ficar exposto quão profunda foi a mudança que impôs esse golpe dos EUA ao chavismo. A presidenta interina, Delcy Rodríguez, encabeça uma viragem radical na estrutura do governo e nas relações com os EUA. No governo, foram trocados até 11 cargos e feitas novas nomeações em todos os setores estratégicos da administração. No Ministério da Defesa, o general Gustavo González López substituirá um dos mais destacados quadros da época de Chávez nas FANB: Vladimir Padrino López. Foram trocados ainda os chefes da Aviação, da Armada, da Guarda Nacional e das Milícias. As substituições vão além de uma simples reestruturação formal. Trata-se de uma mudança radical nos quadros do governo que estiveram a cargo da administração do estado e da defesa do país até 2025, o que provavelmente visa adequar a estrutura do governo à nova realidade imposta à força pelos EUA.

Às mudanças nos quadros de chefia das FANB e dos ministérios antecederam a aprovação de leis para facilitar o reatamento das relações diplomáticas, econômicas e políticas com o governo norte-americano: anistia geral aos opositores e ampla flexibilização dos recursos petrolíferos do país à exploração monopolista. A *Lei de Anistia para a Convivência Democrática* libertou da prisão e de processos a inúmeros políticos, membros das Forças Armadas e empresários envolvidos nas diversas tentativas golpistas e medidas desestabilizadoras (golpes militares, sabotagem industrial, planos de magnicídio etc.) contra o governo nacionalista-burguês em conluio com os EUA. Segundo Delcy Rodríguez, trata-se de “conceder uma anistia geral e plena” para todos os pro-

cessados por delitos desde 1999 (quando Chávez assumiu a presidência da Venezuela). Deixa-se de fora às “violações graves aos direitos humanos, delitos de lesa-humanidade e crimes de guerra”, homicídio intencional, corrupção e tráfico de drogas. Eis como, diz o governo, se logrará a “convivência democrática e a reconciliação nacional”.

Rodríguez outorga uma anistia para todos os que atentaram contra a nação oprimida ao mando dos EUA. Renomeadas lideranças da oposição organizaram ações onde os “homicídios intencionais” eram uma consequência lógica (e desejável pelos direitistas) dos objetivos golpistas. Essas mesmas lideranças se corromperam com dinheiro dos EUA para atentar contra a soberania nacional, além de defender o roubo de ativos pelos EUA para financiar a oposição. Assim, a “reconciliação” não fortalecerá o chavismo e sim a oposição golpista que utilizará sua liberdade “imposta a tiros e chantagens” para derrubar o governo e instaurar um governo entreguista e servil aos EUA.

A *Lei de Hidrocarbonetos* é um projeto de dezembro de 2025, portanto, um mês antes do sequestro de Maduro. Foi apresentada para tentar negociar com o imperialismo o fim do cerco militar e permitir a entrada de divisas para comprar as importações de bens e produtos para consumo popular e para manter funcionando minimamente a economia nacional. Sequestrado Maduro, houve modificações no projeto após a piora das condições do chavismo em negociar. Dentre outras medidas, a lei facilitará o outorgamento de licenças à exploração de petróleo e gás e o rebaixamento de impostos sobre a produção e os lucros visando atrair capitais estadunidenses. As consequências não se verão imediatamente, uma vez que retomar os níveis de produção anteriores ao brutal bloqueio dos EUA sobre o país pode levar vários anos. Enquanto isso,

o imperialismo já tomou posse e enviou para os EUA enormes volumes de petróleo estocado antes do sequestro de Maduro que não apenas não estavam comprados pelos EUA, mas que iriam para Cuba e China.

É nesse quadro que é necessário analisar que a guerra contra o Irã, especialmente a derrubada de aviões estadunidenses e israelenses (inclusive do mais moderno F-35) pelas defesas áreas iranianas S-300 e Buk (da mesma procedência russa) sem que fossem desativadas, demonstrou que a tal “arma miraculosa” que “desativou” os radares russos, tão propagandeada por Trump, nunca existiu. A Direção General de Contra-inteligência Militar (DGCIM) do país, segundo o site PRAVDA (russo), aprendeu membros das forças área - incluídos generais - acusados de desativar os radares ou, quanto menos, de incompetência por não estarem “operacionais” no momento dos ataques aéreos dos EUA. Ou seja: não foi hardware que falhou e sim houve negligência ou traição de militares. Se se verificar verdadeiro esse fato, explicará como foi possível aos EUA entrar no país, massacrar 35 cubanos e sequestrar Maduro.

Até onde levará essas violentas mudanças nos quadros de direção, não podemos prever. Mas, podemos sim prever que haverá uma mudança rápida nos pontos de apoio internacional e internos. Serão atingidos, fundamentalmente, os interesses da China e Rússia. Esses países aliados do chavismo vêm perdendo espaço na América Latina ao não confrontarem a ofensiva imperialista e não ajudarem na defesa mais ativa da Venezuela quando estava sob cerco militar. Se bem o governo não foi destituído, está cedendo uma posição atrás da outra. O que poderia ter sido entendido em algum momento como “recuo tático” do chavismo sob a violenta pressão dos EUA está se mos-

→ trando uma via à capitulação.

Nos fatos, o rumo traçado pelo “novo” governo chavista é uma ruptura com o passado e uma entrega do direito a determinar sua política petrolífera. Os EUA sequestraram de fato a economia nacional e agora se outorgaram o direito de restringir transações, venda de petróleo, pagamentos em ouro ou qualquer outra transação com Rússia, Irã, China e Cuba. Esse fato demonstra que a suposta “revolução chavista” nunca alterou a estrutura econômica e a relações entre as classes ao interior da nação. A burguesia nacional aceitou de bom grado todas as medidas de Rodríguez porque pretendia fazer negócios com o imperialismo - como fez antes com o chavismo. Sem se apoiar nas massas e contando exclusivamente com a lealdade das FANB, agora que essas frações de classe e a burocracia estatal parasitária do estado decidiram se curvar, sai à luz a total e completa impotência do nacionalismo-burguês em cumprir a tarefa democrática de conquistar a independência e autodeterminação nacional. Não é por acaso que a “limpeza” no exército e no Estado coincide com os interesses imperialistas de desativar os núcleos duros do chavismo, facilitar a ação da oposição reacionária e retomar o curso de subordinação nacional da Venezuela aos EUA como antes de Chávez.

No momento do ataque de 3 de janeiro e ainda dias depois desse, não era ainda possível saber o grau de decomposição do governo. As massas

acreditavam que a direção chavista estava disposta a resistir e tomaram a decisão de defender a nação: 4 milhões de venezuelanos se inscreveram nas milícias sob direção das FANB. Nesse quadro, o PPRI defendia como tática estar junto das massas e de seu governo se estava disposto a resistir junto delas. É certo que não houve intervenção terrestre, mas ainda assim havia como golpear o inimigo dentro do país, tomando o controle das empresas imperialistas, expropriando-as e as resguardando com as massas em armas. Essa medida teria dado um claro sinal de que seu governo decidiu se apoiar nas massas e resistir às pressões. O que não aconteceu, uma vez que o chavismo decidiu seguir a trilha da conciliação com os EUA. Ainda se organizam e convocam mobilizações para a libertação de Maduro. Mas, não está no centro da política e diplomacia do atual governo, toma-se quase como um fato consumado e nada é feito para impor aos EUA sua libertação. Enquanto isso, a Rússia e a China decidiram ficar de braços cruzados antes e depois de 3 de janeiro, mostrando quanto a burocracia herdeira do estalinismo é incapaz de prestar ajuda limitada às nações oprimidas.

O essencial da nova situação política é que a decomposição do chavismo se demonstrou mais avançada do que o conhecimento empírico poderia alcançar, e que as massas exploradas e oprimidas se encontraram sem qualquer liderança nacionalista-burguesa disposta a

convocá-las a ocupar lugares estratégicos dos monopólios imperialistas para pressionar os EUA e a oposição vendepátria. O chavismo completou seu ciclo histórico e demonstrou-se impotente para mobilizar as massas contra os interesses imperialistas e na defesa da autodeterminação nacional quando mais se necessitava. É pela mesma razão que as direções sindicais e políticas da base do governo de frente ampla burguesa de Lula não convocam novas manifestações e abaixam as bandeiras de defesa do governo envergonhadamente.

Nas condições concretas criadas pelo rumo da capitulação do chavismo, não há como defender a nação oprimida sem romper com os remanescentes chavistas que se acomodaram às imposições norte-americanas. Se era criminoso combater ou chamar a derrubar o governo chavista quando esteve sob ataque dos EUA, é criminoso agora não organizar as massas para passar por cima deste sob seu próprio programa e estratégia de poder. O proletariado deve assumir a luta para expulsar o imperialismo e nacionalizar todas suas propriedades, bem como as da burguesia nacional intermediária criada sob proteção do chavismo, além de varrer os burocratas dos sindicatos para, assim, avançar nessa luta sob uma Frente Única Anti-imperialista. Eis como se avançará na verdadeira autodeterminação nacional, o que exige ainda construir o partido revolucionário que dirigirá a luta do proletariado pelo poder. ●

EQUADOR

Os EUA querem fazer do Equador um porta-aviões terrestre para intervirem em América Latina

Equador e os EUA fecharam um “Acordo de Segurança” que permite a intervenção de tropas norte-americanas em solo equatoriano para alegadamente “combater” os cartéis do narcotráfico, catalogados como terroristas pelos EUA. Não apenas isso: aprovou ainda, a toque de caixa, a instalação de uma sede do FBI, ou seja, uma base de operações para o trabalho encoberto da CIA. Como comprovou o sequestro de Maduro sob a falsa acusação de ser o chefe de uma “organização narcoterrorista”, e como demonstrou a “guerra às drogas” na Colômbia por décadas, trata-se de uma justificativa formal para subordinar governos semicoloniais aos objetivos dos EUA, ampliar a presença militar sem recorrer a bases e, sobretudo, ter tropas no terreno para forçar governos a entregar recursos a preço de banana.

Alguns dias após assinado o “acordo”, foram realizadas “ações” conjuntas entre tropas norte-americanas e equatorianas sobre a fronteira colombiana para “atacar organizações terroristas”, na qual caiu uma bomba em território colombiano. Petro exigiu uma explicação do governo de Noboa abrindo um choque diplomático que agrava a guerra comercial que Noboa iniciou contra Colômbia aumentando arbitrariamente tarifas às importações às quais Petro, presidente da Colômbia, respondeu aumentando as tarifas às importações equatorianas. A “guerra tarifária” lançada por Noboa não é por acaso. Sendo um fiel subserviente do imperialismo, é provável que tenha feito essa medida (que prejudica mais o Equador do que a Colômbia) por exigência dos EUA, que vê no governo de Petro um governo “não-alinhado”. O “acordo” outorga ao imperialismo uma plataforma

continua →

→ para “ameaçar” a Colômbia. Lembremos ainda que Trump acusou a Petro de ser conivente com a produção de drogas no país (mesmo argumento utilizado contra Maduro). Mas, também será usado para cercar o Brasil e a Colômbia, cujos governos não se alinharam completamente ao objetivo de fazer do continente local exclusivo para a exploração de seus recursos pelo imperialismo, e se encaminham a realizar eleições que o imperialismo deseja condicionar.

O presidente equatoriano Noboa se ajoelhou perante os EUA porque ele mesmo é investigado (e com provas) por cumplicidade no tráfico de drogas para Europa por meios dos navios que transportam os produtos agrícolas produzidos nas fazendas da família. Mas, este suposto “narco-presidente” não foi derrubado pelos EUA. Por quê? Porque os EUA precisavam que esse permitisse o ingresso de tropas no Equador ainda isso significasse passar por cima da Constituição e inclusive da decisão soberana da maioria da população do país. Lembremos que em 16 de novembro, foi realizado no Equador o plebiscito (referendo) “perguntando se a população é favorável (SIM) ou contrária (NÃO)” a instalar uma Assembleia Constituinte, “*Se elimine a proibição de estabelecer bases militares estrangeiras ou instalações estrangeiras com propósitos militares, e ceder bases militares nacionais às forças armadas ou de segurança estrangeiras*” no país, eliminar “*a obrigação do Estado de atribuir recursos do orçamento geral do Estado às organizações políticas?*”, “*reduzir o número de deputados*”, entregar recursos minerais em territórios indígenas à exploração imperialista etc. Mais de 60% da população diz “NÃO”, infringindo uma derrota política ao governo. Os EUA não iriam permitir que uma decisão democrática atrapalhasse seus planos. O suposto combate ao “terrorismo narcotraficante” foi a cartada usada para forçar a Noboa a rasgar a decisão soberana e se impusesse um “acordo” unilateral aprovado pelo presidente que cumpriria o mesmo objetivo da fracassada via “democrático-formal” do plebiscito.

Se de um lado, o governo de Noboa avança ao autoritarismo e à centralização política por cima da Constituição, plebiscitos e do próprio Congresso para servir de agente aos interesses dos EUA; de outro, estes se garantem um ponto de apoio terrestre para manobrar militarmente sem recorrer a grandes gastos de deslocamento de porta-aviões, barcos etc. Sobretudo, facilita ter presença militar no norte da América Latina, enquanto no sul e oeste contam com a recém-inaugurada base militar no Paraguai, a retomada da presença da DEA na Bolívia e o total apoio de Kast (Chile) e Milei (Argentina).

A derrota da política entreguista de Noboa no plebiscito deu mais um golpe à via democrática burguesa e à farsa da “soberania popular” das massas para decidir sobre todos os assuntos de seu país e de seu governo eleito. O Equador servirá agora, graças a que o governo de Noboa trilha pela via das medidas bonapartistas, ao intervencionismo norte-americano sobre a América do Sul, fazendo do país um “porta-aviões” terrestre para ameaçar países e governos que não se submetem a seus ditames. Noboa garante ainda um apoio direto da ameaça norte-americana contra a população para impor sua agenda de privatização dos recursos minerais e petrolíferos, de imposição das contrarreformas e tarifas.

Mas, certamente enfrentará resistência. O levante operário-popular de 2019 impediu o governo de Lênin Moreno de impor esse plano. Os governos que seguiram tentaram aplicar o plano, sempre com respostas organizadas e massivas das massas

oprimidas. Ocorre que cada vez fica mais claro às massas que o expansionismo norte-americano ameaça à soberania nacional dos povos e nações oprimidos. Cada governo que capitula, ou cada governo eleito que se ajoelha perante os EUA, favorece os monopólios em seu objetivo submeter toda América ao saque do grande capital financeiro norte-americano.

A insistência de alguns governos como de Petro e Lula de serem respeitados o “direito internacional” não passa de farsa. Mas, é também perigoso que se incorpore na legislação dos países - como está sendo discutido no Brasil - a classificação dos grupos e cartéis narcotraficantes como “organizações terroristas”. Isso facilitará o intervencionismo norte-americano como demonstram a Venezuela e Equador. No Brasil, a aprovação dessa lei é firmemente defendida por Flávio Bolsonaro (ele mesmo um cúmplice de grupos criminosos como as milícias) para facilitar a intervenção de Trump nas eleições.

A Constituição, o tal do direito internacional, a diplomacia e muito menos ainda a democracia formal impedirá e nem bloqueará o avanço do intervencionismo imperialista. Como demonstra a Bolívia, Chile, Equador e Peru, os governos da esquerda burguesa e pequeno-burguesa abrem caminho ao avanço da ultradireita e do imperialismo por serem incapazes de impor a real autodeterminação nacional rompendo com o imperialismo, e por aplicarem as contrarreformas e medidas exigidas pelo grande capital que se chocam com as massas. O fracasso dos governos da esquerda burguesa e pequeno-burguesa abrem uma via para a ascensão dos governos pró-imperialistas e fascizantes como verifica-se no golpe contra Castillo (Peru), na derrota de Boric perante o pinochetista Katz (Chile), e na decomposição do “socialismo do século XXI” na Bolívia e na Venezuela.

O essencial à política revolucionária é entender que a ofensiva imperialista acontece quando o chavismo se orienta a capitular após o sequestro de Maduro. Acontece quando as burocracias herdeiras do stalinismo na Rússia e China se negam a prestar significativo apoio militar e econômico às nações oprimidas sob ataque e, sobretudo, à revolução cubana. E especialmente quando se revela que a democracia formal burguesa e o direito burguês está sendo demolido. Foi a revolução cubana que indicou o caminho que devem percorrer as massas exploradas e oprimidas para conquistar a real autodeterminação nacional e o fim da opressão nacional. Apesar de prematuramente sufocada em sua projeção internacional pela política estalinista de “convivência pacífica” com o imperialismo, que firmou no interior da burocracia castrista, Cuba se manteve como um farol à luta internacionalista e, agora, está ameaçada de morte.

Está na hora das massas enfrentarem e combater o imperialismo se organizando no campo de sua independência de classe e, assim, erguer a tática da Frente Única Anti-imperialista baseada na unidade da classe operária do continente para expulsar os EUA e derrubar os governos serviçais. Essas tarefas estão plenamente colocadas à vanguarda de toda América Latina. E isso exige organizar as massas sob um plano comum de reivindicações que unifique sua ação por cima das fronteiras nacionais para derrotar seu principal inimigo: o imperialismo norte-americano. A construção de partidos proletários revolucionários e internacionalistas se faz necessário para que cada destacamento nacional do proletariado caminhe no sentido de sua independência de classe, rompendo com os governos burgueses e avançando assim a seu programa e estratégia revolucionária. ●